



RELATÓRIO ANUAL 2003

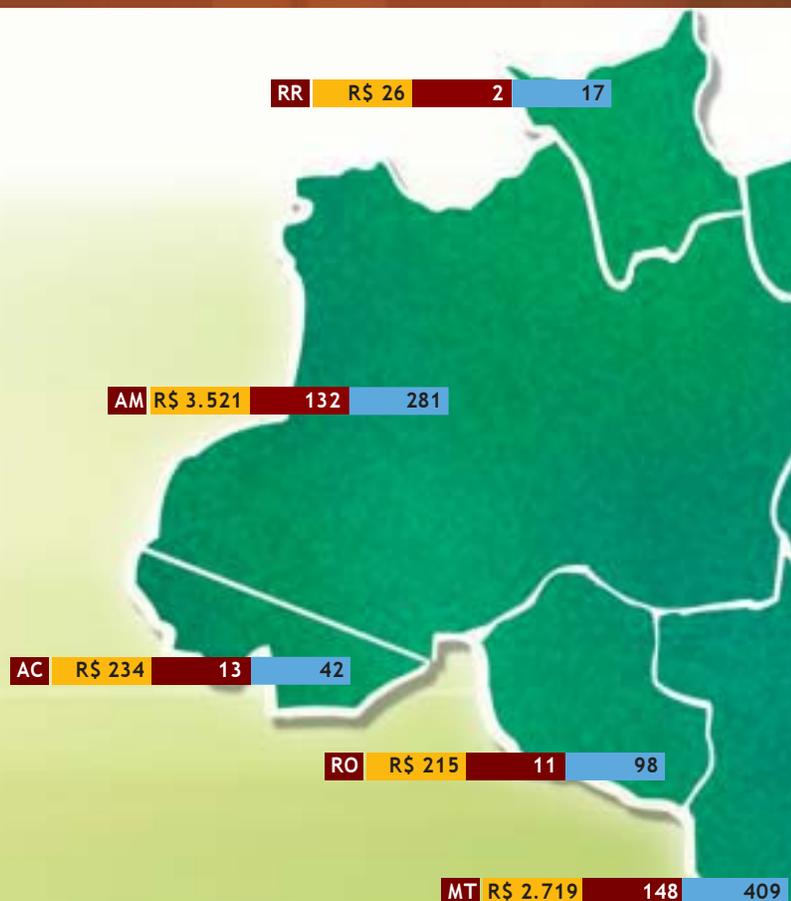


FUNCEF PELO BRASIL

A Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF é o fundo de pensão criado pela CAIXA Econômica Federal em 01.08.1977 para administrar o plano de previdência complementar de seus empregados.

Ao longo dos quase 27 anos de existência, a FUNCEF acumulou um patrimônio de 70 mil associados, um quadro de colaboradores profissionalizado e comprometido e R\$ 15,3 bilhões de ativos, que asseguram o pagamento dos benefícios da previdência complementar de seus participantes.

Essas reservas estão aplicadas integralmente no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico do País. A FUNCEF investe em diversos setores da economia por meio de participações em empresas, fundos de investimentos, hotéis, *shoppings*, prédios comerciais etc., em todas as regiões brasileiras.



Benefícios Pagos em R\$ mil

Valor total da folha de benefícios paga aos assistidos a título de aposentadorias, pensões, renda antecipada, etc.

Aposentados e Pensionistas

Ativos



MISSÃO, VISÃO E VALORES



Nossa Missão

Promover e desenvolver a seguridade social, visando a qualidade de vida de nossos associados.

Nossa Visão

Ser referência no segmento de previdência complementar, adotando as melhores práticas de governança.

Nossos Valores

Transparência, ética, democracia, profissionalismo, confiança, responsabilidade, solidariedade, equidade e justiça.





MENSAGEM DA DIRETORIA

A Fundação dos Economiários Federais entra nos seus 27 anos de existência, em um momento ímpar para as entidades de previdência complementar. Os fundos de pensão ganham cada vez mais importância econômica e social, tanto como provedores de renda previdenciária aos milhões de brasileiros que fazem parte do sistema, quanto como investidores institucionais, gestores de poupança de longo prazo necessária para fomentar o desenvolvimento econômico do País.

A FUNCEF realizou muito em 2003; foram grandes os esforços envidados para aprimorar a governança corporativa da Instituição. A atual Diretoria, que, em sua maioria, tomou posse na segunda metade de março de 2003, atuou firmemente, contando com o apoio dos conselheiros deliberativos e fiscais para implementar um modelo de gestão voltado aos interesses dos associados, tanto na gestão dos ativos quanto dos passivos da Fundação.

Transparência, ética, democracia, profissionalismo, confiança e solidariedade são os valores norteadores da atuação dos gestores e do quadro de empregados da FUNCEF, que trabalharam incansavelmente em 2003 para fazer cumprir a missão da entidade, suas diretrizes e estratégias.

Visando ser referência no segmento de previdência complementar e com a adoção das melhores práticas de governança, vários projetos e iniciativas foram implementados em 2003, entre os quais destacamos a realização do acordo para a liquidação da histórica dívida da CAIXA com a FUNCEF, a elaboração da proposta de novo plano de benefícios, a realização de planejamento estratégico participativo, a incorporação de ex-assistidos da PrevHab, a melhoria no atendimento e relacionamento com os associados, o aprimoramento da gestão da carteira imobiliária, e muitos outros, que serão apresentados neste relatório.

A gestão dos ativos da Fundação produziu um resultado financeiro de R\$ 2,514 bilhões, fundamentais para fazer frente aos compromissos com os participantes e suficientes para gerar um superávit contábil de R\$ 73 milhões.

Muito ainda há para ser feito. A implementação do novo plano de benefício para os associados, a definição sobre a participação da FUNCEF no segmento de planos instituídos, a conclusão da implantação do novo sistema de informações corporativas, o aprofundamento da democratização dos órgãos deliberativos e de gestão da entidade, a busca de novas oportunidades de investimentos e a participação nos projetos de Parceria Público-Privada (PPP) são alguns dos desafios a serem enfrentados em 2004.

A consolidação dos modernos instrumentos de governança corporativa e a busca constante da melhoria no relacionamento com os associados, somados à dedicação e aos esforços dos empregados da FUNCEF, nos dão a certeza de que os resultados futuros serão ainda mais promissores.

Brasília, março de 2004.



GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR - PRESIDENTE



CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA



LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
DIRETOR DE FINANÇAS



JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
DIRETOR IMOBILIÁRIO



SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS E ADMINISTRAÇÃO

1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



■ POSSE DA DIRETORIA

No dia 20.03, a Diretoria Executiva foi renovada, com a posse de Guilherme Narciso de Lacerda, no cargo de diretor-presidente; Luiz Afonso Simoens da Silva, como diretor de Finanças; José Renato Corrêa de Lima, como diretor Imobiliário. Seis dias depois, em 26.03, a nova Diretoria completa-se com a posse do diretor de Benefícios e Administração, Sérgio Francisco da Silva. O diretor de Controladoria, Carlos Alberto Caser, permaneceu no cargo que ocupava desde 1ª de outubro de 2002.

■ RENOVAÇÕES NOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

Em 14.04, o Conselho Deliberativo, órgão máximo da Fundação, ganha novo presidente. João Aldemir Dornelles, que é vice-presidente de Controladoria da CAIXA. Na mesma data, assume como conselheiro do CD Paulo Roberto Paixão Bretas, também vice-presidente da Patrocinadora, na VP de Logística. Os demais conselheiros, que tomaram posse em 2002, permaneceram com assento. São eles: Tarcísio José Massote de Godoy, também representante da Patrocinadora, e, eleitos pelos associados, Antônio Bráulio de Carvalho, José Carlos Alonso Gonçalves e Francisca de Assis Araújo Silva. A conselheira Francisca, que representa os assistidos no colegiado, passou a ser titular do CD em 25.01, com o falecimento de Júlio Villas Boas Neto. O Conselho Fiscal recebeu dois novos membros. Indicados pela CAIXA, tomaram posse, no dia 30.04, Marcos José Rodrigues Torres, vice-presidente de Administração de Riscos da CAIXA, e Ralf Barquete Santos, consultor da Presidência da Patrocinadora. O presidente José Miguel Correia e o conselheiro Moysés Leiner já eram membros do CF desde 31.05.2002, eleitos pelos participantes.

■ ACORDO HISTÓRICO E PAGAMENTO DA DÍVIDA DA CAIXA

No dia 22.04, foi assinado acordo que pôs fim à lide judicial do contrato de confissão de dívida, assinado em 1993. Com o pagamento da dívida pela CAIXA, no valor de R\$ 2,77 bilhões, as partes promoveram negociação da maior importância para os associados da FUNCEF. Com esses recursos, os Planos da FUNCEF deixarão de exigir limite de idade para aposentadoria, reivindicação histórica dos participantes. O valor da dívida foi pago integralmente em Letras Financeiras (LFT) do Tesouro, aumentando em 25% o patrimônio da Fundação. Dessa forma, a FUNCEF passa a estar ajustada aos limites legais da Resolução Bacen nº 2.829, com 10,9% dos seus ativos aplicados em imóveis, carteira que representava 17,3% do patrimônio antes do pagamento da dívida.

■ ADESÃO DOS EX-ASSISTIDOS DA PREVHAB

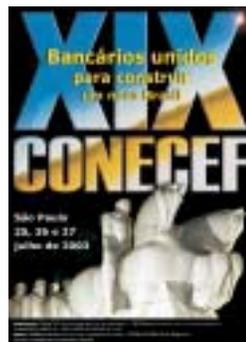
Após assinatura de convênio com a CAIXA, em 15.04, inicia-se a adesão dos 2.183 aposentados e pensionistas ex-assistidos da Prevhab, que vinham recebendo seus benefícios da própria CAIXA após rescisão de contrato com a CAIXA Seguros. A FUNCEF recebeu em seu quadro 1.986 aposentados e pensionistas ex-empregados da CAIXA que há anos queriam fazer parte do fundo de pensão. Com a adesão desses novos associados, a Fundação recebeu da CAIXA o aporte de R\$ 600 milhões, correspondentes às suas reservas garantidoras.



■ DIRETORIA MAIS PRÓXIMA DOS ASSOCIADOS

Participação inédita da FUNCEF marcou o XIX Congresso Nacional dos Empregados da CAIXA (CONECEF), realizado entre os dias 25 a 27 de julho, em São Paulo. Estiveram presentes, apoiando o evento e discutindo os temas de interesse dos associados ativos: o presidente, Guilherme Lacerda, e os diretores Sérgio Francisco da Silva (Benefícios e Administração) e Carlos Alberto Caser (Controladoria).

O maior evento dos aposentados e pensionistas também contou com a participação da Fundação. O XXV Simpósio Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CAIXA aconteceu em Natal, entre os dias 20 e 24 de outubro, reunindo mais de mil assistidos. Dois dias da pauta foram dedicados à prestação de contas da FUNCEF. Presidente e diretores – DIFIN, DICON, DIMOB e DIBEN – apresentaram os resultados e perspectivas de suas pastas, discutindo temas como investimentos, o novo plano de benefícios, mecanismos de controle e governança, dentre outros. O presidente do Conselho Deliberativo, João Dornelles, e o conselheiro fiscal Moyses Leiner, também foram especialmente a Natal para o Simpósio falar de sua atuação nos colegiados.



Augusto Coelho/Fenae



**SIMPÓSIO NACIONAL DOS
ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS
E PENSIONISTAS DA CAIXA**



■ 26 ANOS DA FUNCEF PELO BRASIL

Para comemorar o 26º aniversário da Fundação (1º.08), a Diretoria decidiu aproveitar a data para buscar uma aproximação ainda maior com os associados. Para isso, idealizou o projeto “FUNCEF pelo Brasil” e realizou palestras e encontros com os participantes em todo o País, dando preferência para aquelas cidades que não tinham uma Representação Regional da FUNCEF. Entre os dias 25.08 e 16.09, foram oito eventos, reunindo mais de 3 mil associados, entre ativos, aposentados e pensionistas, das cidades de Cuiabá, Campo Grande, Manaus, São Luís, Natal, Florianópolis, Maceió, Teresina e Fortaleza. Os encontros não se restringiram às comemorações do aniversário. Até o final do ano, aconteceram outros encontros nas cidades de Bebedouro, Catanduva, Araraquara/SP, Vila Velha/ES - neste, reunindo empregados de 31 agências da região, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Juiz de Fora/MG e Porto Alegre/RS.



■ VISITA INÉDITA DOS CONSELHEIROS DA FENAE



Pela primeira vez, associados que formam o Conselho Deliberativo da Federação Nacional das Associações de Empregados da CAIXA (Fenae) estiveram na Fundação. O encontro histórico promovido pela FUNCEF aconteceu no dia 12.09, em Brasília, e teve por objetivo estreitar o relacionamento com os representantes dos associados. Na visita, 30 presidentes das Associações de Pessoal da CAIXA (APCEFs) de diversos estados do País conheceram os números e as principais ações da atual gestão, e visitaram as instalações da Fundação.

■ DESCONTO PARA QUITAÇÃO DA CASA PRÓPRIA

A FUNCEF alongou, por mais seis meses, o período de descontos na quitação antecipada do financiamento habitacional. Durante o ano de 2003 os associados puderam quitar antecipadamente o financiamento da casa própria com redução no valor do saldo devedor. O cálculo do desconto é individual e considera o valor da prestação, o saldo devedor e o prazo remanescente, entre outros aspectos. Foi a quarta prorrogação desde o início do benefício, em 2001. Os valores dos descontos são projetados de forma que, aplicados no mercado financeiro, tenham os mesmos retornos de quando o associado finalizaria o pagamento do imóvel. Em 2003, mais de R\$ 19 milhões retornaram para a Fundação, resultado de liquidações antecipadas que beneficiaram 321 associados.

■ NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS E SALDAMENTO DO REG/REPLAN

Em 21.11, após três meses de trabalho, o Grupo de Trabalho Novo Plano triparte, formado por representantes da Patrocinadora, dos associados e da Fundação, entregou o relatório contendo propostas de solução para a equalização dos planos. No relatório, o GT propôs o saldamento do REG/Replan, ambos planos de Benefício Definido, e, em substituição a esses, um Novo Plano com características mistas: de contribuição definida na fase contributiva e de benefício definido na fase de recebimento da aposentadoria e para os eventos de risco. A proposta do GT foi o ponto de referência para o início das avaliações e cálculos atuariais e para as negociações entre a Patrocinadora e os representantes dos associados para viabilizar a equalização dos planos de benefícios da FUNCEF. O Novo Plano proposto também contempla os novos institutos da Lei Complementar nº 109/2001. Outra forma de envolver os participantes nesse processo foi o concurso "Dê um nome ao seu futuro", no qual os associados enviaram propostas de nome para o Novo Plano. Mais de 600 sugestões foram recebidas, e serão analisadas por uma comissão de publicitários. Dentre os quatro finalistas, a Diretoria da Fundação escolherá o mais adequado, premiando os finalistas com pacotes turísticos.

■ NOVO LIMITE E MODALIDADE DE CRÉDITO AO PARTICIPANTE

A partir do dia 15.12, os associados puderam contar com um novo benefício: o Crédito ao Participante, modalidade de empréstimo que utiliza o Sistema Francês de amortização - tabela PRICE. Essa modalidade veio substituir o Empréstimo Emergencial. Com a novidade, veio também o aumento do limite máximo de concessão, que passou de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil. A base para cálculo individual, para os associados do REG/Replan, passou de seis para oito vezes o salário de participação ou renda global (para os assistidos). Para os participantes do REB, o valor triplicou, de 10% para 30% do saldo de conta, sempre condicionado à margem consignável e ao limite máximo.

■ AUMENTO NOS BENEFÍCIOS DO REG/REPLAN

Os empregados da CAIXA receberam 12,60% de reajuste em setembro, data-base da categoria. Esse percentual refletiu em aumento das aposentadorias e pensões dos assistidos da FUNCEF, vinculados ao plano REG/Replan. Eles também sofriam a falta de reajuste, pois, pelas regras desses planos, a Fundação corrige seus benefícios somente quando a CAIXA concede reajuste aos seus empregados em atividade, que em 1998 tiveram 1% e 5% em 2002. Em razão dessa paridade, os assistidos do REG/Replan também não se beneficiam dos reajustes concedidos pelo INSS sobre a parcela paga por aquele Instituto, uma vez que o Benefício Definido é vinculado ao Plano de Cargos e Salários da CAIXA.

■ NOVO CONVÊNIO COM INSS AGILIZA APOSENTADORIAS

Para dar mais agilidade ao atendimento dos pedidos de aposentadoria, em 14.10 os presidentes Guilherme Lacerda (FUNCEF) e Taiti Inenami (INSS) assinaram novo convênio para o funcionamento do Posto Prisma, um ponto avançado de atendimento do INSS, instalado na sede da Fundação em Brasília. A partir dele, todos os associados poderão escolher o Posto Prisma para requerer aposentadorias ou pensões, ou optar pelo atendimento em qualquer agência do INSS do País, ou, ainda, por uma das Representações Regionais da FUNCEF nos estados.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

■ SINTONIA E AFINIDADE ENTRE PATROCINADORA E FUNDO DE PENSÃO



A CAIXA e a FUNCEF definiram uma participação conjunta na retomada do crescimento do País. Enquanto o banco dedica-se ao fomento, em especial na área social, cabe à Fundação aplicar de forma criteriosa o patrimônio de mais de R\$ 15,3 bilhões, destinando recursos aos setores produtivos, sem perder de vista a segurança dos participantes. Essa sintonia foi ratificada durante a primeira visita do Conselho Diretor da Patrocinadora à Fundação, no dia 1º.07. O presidente da CAIXA, Jorge Mattoso, foi acompanhado pelos sete vice-presidentes, João Dornelles (Controladoria), Paulo Bretas (Logística), Fábio Lenza (Negócios Bancários e Imobiliários), Carlos Borges (Transferência

de Benefícios), João Carlos Garcia (Segmentos e Distribuição), Marcos Torres (Administração de Riscos), Fernando Nogueira (Finanças e Mercado de Capitais) e alguns consultores daquela Diretoria. Os convidados foram recebidos pela Diretoria e por conselheiros da Fundação, e puderam conhecer as instalações e os grandes números da FUNCEF.

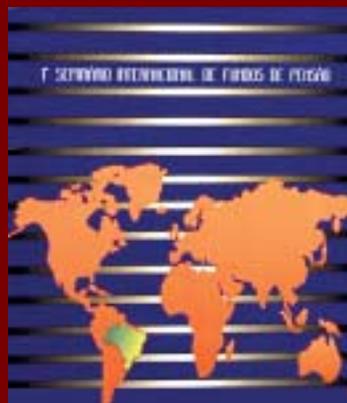


■ BUSCA DE SOLUÇÃO PARA OS ASSISTIDOS DO PMPP

Desde que assumiu, a Diretoria da Fundação busca uma solução para os assistidos vinculados ao Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP). São 1800 aposentados e pensionistas da CAIXA, que já eram assistidos na época da criação da FUNCEF e dela recebiam seus benefícios. Em 1998, por determinação do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, eles passaram a receber as aposentadorias e pensões no INSS. Desde então, o grupo luta para voltar para a FUNCEF. O presidente Guilherme esteve com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Também os conselheiros da FUNCEF e representantes dos associados e do governo reuniram-se diversas vezes no INSS em busca de solução. O principal impasse do retorno dos PMPPs para a Fundação é o entendimento quanto às Ordens de Serviços do INSS nº 552/96 e 614/98. A primeira define que o reajuste dos benefícios dá-se de acordo com a política salarial da CAIXA, considerando as mesmas condições previstas no Regulamento do extinto SASSE. Já na segunda, o reajuste dá-se de acordo com o Regime Geral de Previdência (INSS). Essa divergência de entendimento foi o foco das negociações havidas em 2003, nas inúmeras reuniões promovidas pela Fundação com a CAIXA e o INSS.

■ I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS FUNDOS DE PENSÃO

Em parceria com a Previ e Petros, nos dias 27 e 28.05 a FUNCEF organizou e realizou o 1º Seminário Internacional dos Fundos de Pensão. O Seminário reuniu mais de 1.000 participantes e teve grande repercussão na imprensa nacional. O evento promoveu a troca de experiências com fundos de pensão nacionais e internacionais, e contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.



■ CICLO DE DEBATES “CONJUNTURA & ANÁLISE”



Com o objetivo de promover o debate dos grandes temas nacionais da atualidade com seus associados, formadores de opinião, dirigentes e profissionais de outros fundos de pensão, a Fundação realizou três grandes debates em 2003. O primeiro da série “Conjuntura & Análise” contou com os superintendentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Carlos Sussekind e Carlos Alberto Rebello debatendo a regulamentação dos fundos de investimentos. Em setembro, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, esquentou o



debate da Reforma Previdenciária na sede da FUNCEF. Em outubro, o deputado federal Virgílio Guimarães, relator da proposta do Projeto de Lei da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, apresentou e discutiu os principais pontos da reforma.

■ DEBATES DAS PPP COMO ALTERNATIVA DE INVESTIMENTO

Diante do cenário econômico de queda da taxa de juros, os fundos de pensão terão de buscar alternativas de investimentos para fazer frente aos seus compromissos previdenciários. Esse novo caminho aponta para investimentos no setor produtivo e contribui para a retomada do crescimento do País, em que os fundos de pensão podem ter importante papel como investidores institucionais. Durante o ano de 2003, o presidente Guilherme Lacerda debateu com empresários e executivos de previdência complementar a participação dos fundos de pensão em projetos de infra-estrutura, dentro de condições que assegurem liquidez, rentabilidade e segurança, casadas com o passivo atuarial dos fundos de pensão. Também colaborou com a definição dos marcos regulatórios, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e na Comissão Especial do Senado para a

Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), em conjunto com a Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada (ABRAPP) e a Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABDIB). Foram dez palestras em congressos, seminários e reuniões, promovidas por diversas entidades em todo o Brasil, a exemplo da Associação Brasileira de Mercado de Capitais (ABAMEC); Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) do Distrito Federal, Espírito Santo e Minas Gerais; Ministério da Previdência Social (MPS); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Internews Comunicação Empresarial; Pertos; Ceres; Fórum de Parceria Público Privada, promovido pelo Institute for International Research (IIR); Associações de Pessoal da CAIXA (APCEF/RJ); Federação Nacional dos Economiários Aposentados da CAIXA (Fenacef); dentre outras.

■ ALTERNATIVAS DA CAIXA PARA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

Um esforço conjunto dos presidentes da FUNCEF e da Ceres reuniu 11 fundos de pensão para discutir novas formas de aplicação dos ativos. O encontro aconteceu no dia 05.11, na sede da Ceres, ocasião em que o vice-presidente de Ativos de Terceiros da CAIXA, Wilson Risolia, apresentou alternativas de investimentos para as fundações, que lhes permitem integrar-se no esforço de retomada do desenvolvimento por meio de financiamentos em projetos de infra-estrutura. Uma das alternativas apresentada pela CAIXA foi o Programa de Incentivo a Projetos de Interesse Social (PIPS), no qual os investidores, inclusive fundos de

pensão, terão rendimento compatível com suas necessidades atuariais. Na opinião do presidente Guilherme Lacerda, o evento foi um passo importante para abrir a discussão sobre a eventual participação dos fundos de pensão nas Parcerias Público-Privadas (PPP). Estiveram no evento, além dos presidentes da Ceres e FUNCEF, dirigentes da Petros, Centrus, Funterra, São Francisco, Geap, Previnorte, Pouprev, Fipep e Postalís. A partir desse evento e de outros similares promovidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversos fundos de pensão e outros investidores institucionais decidiram participar do fundo proposto pela CAIXA.

■ TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM MINISTÉRIO DO TRABALHO DA CHINA

A Diretoria da Fundação recebeu, no dia 15.12, uma delegação chinesa do Ministério da Previdência Social da República Popular da China. A comitiva, composta por nove representantes do governo chinês, veio ao Brasil para conhecer o nosso sistema previdenciário, em especial, o funcionamento da previdência complementar. A FUNCEF foi escolhida pelo Ministério da Previdência Social para receber a missão chinesa e para apresentar sua estrutura e o modelo de gestão dos planos de previdência e aplicações das reservas garantidoras.

■ PLANOS DE INSTITUIDORES ABREM NOVO MERCADO

Com a edição da Lei Complementar nº 109/01, regulamentadas pelas Resoluções nº 012/02 e 003/03 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), surge um novo mercado de atuação para os fundos de pensão. A FUNCEF passa a analisar as condições para administrar os Planos de Instituidores. Em 19.12, os presidentes da FUNCEF - Guilherme Lacerda, da CAIXA - Jorge Mattoso, e da CAIXA Seguros - Thierry Marc Claude Claudon, assinaram um protocolo de intenções para atuação conjunta das três instituições nesse mercado. A fim de elaborar as alterações estatutárias e também um plano de benefícios padrão que servirá de base para esse novo público, a FUNCEF criou um grupo de trabalho técnico. O objetivo é estender a previdência complementar para categorias de trabalhadores que ainda não possuem plano de complementação de aposentadoria.

■ RELACIONAMENTO COM O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Finalizando um ano de intensa aproximação com outros fundos de pensão e valorização da FUNCEF no sistema de previdência complementar, a Fundação promoveu em sua sede, no dia 18.12, uma confraternização dos Fundos de Pensão do DF, com as presenças de Fernando Pimentel (SISTEL e presidente da ABRAPP), Manoel Moacir Macedo (CERES), Milton Barbosa (FIPECQ), Dilson Joaquim de Moraes (Fundiação), Luiz Eduardo Veiga Lopes (Postalis), José Mendonça Neto (Pouprev), Elias José de Sousa Filho (Regius), Cairo Roberto Guimarães (São Francisco) e Luiz Henrique Hamman (Previnorte). Na mesma data, na confraternização de Natal na sede da Fundação, estiveram presentes o presidente da CAIXA, Jorge Mattoso, e seus vice-presidentes João Dornelles, Carlos Borges, Paulo Bretas, Fábio Lenza, além do Secretário de Previdência Complementar Adacir Reis, dos presidentes de associações e empregados da FUNCEF.

■ PRESENTE NO SEGMENTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Em outubro, a Diretoria da Fundação participou do XXV Congresso Nacional dos Fundos de Pensão, em São Paulo, evento promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Previdência Privada (ABRAPP). O encontro anual reúne dirigentes e profissionais dos 360 fundos de pensão do País, permitindo o debate dos grandes temas que envolvem a gestão dos planos de previdência complementar e a troca de experiências entre as entidades do setor. A FUNCEF também promoveu em sua sede, em Brasília, duas reuniões da Comissão Técnica Jurídica da ABRAPP, na qual advogados dos fundos de pensão discutiram e analisaram a regulamentação do setor. Em março, a Gerência de Administração e Recursos Humanos apresentou um caso de sucesso no encontro anual da Comissão Técnica de Recursos Humanos da ABRAPP.

■ SEMINÁRIO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA



A fim de trocar experiências com instituições internacionais sobre a regulação e fiscalização de fundos de pensão, a FUNCEF participou do "Seminário sobre a Reforma da Previdência: o Brasil e a Experiência Internacional". O evento, organizado pelo Ministério da Previdência e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aconteceu em Brasília, nos dias 1º e 02.10, no Palácio do Itamaraty. O presidente Guilherme Lacerda participou do painel sobre Governança dos Fundos de Pensão.

2

NOSSOS ASSOCIADOS

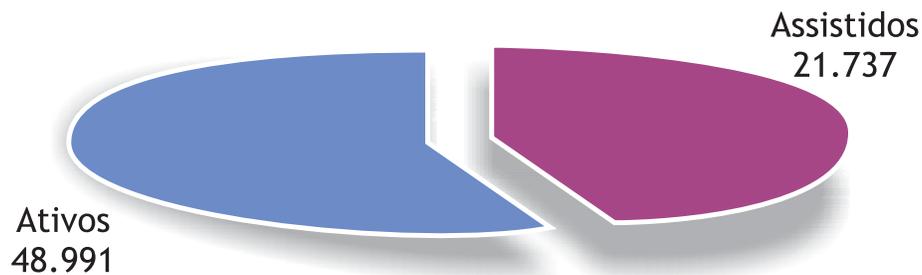


O maior patrimônio da FUNCEF são os seus 70.728 associados (e 123 mil dependentes). Desses, mais de 30% já estão em gozo de benefícios de aposentadoria ou pensão. O quadro de ativos que estão contribuindo para composição de reservas é composto por empregados da CAIXA e da FUNCEF e, ainda, por associados facultativos.

Em 15.04.03 a Fundação lançou uma campanha de adesão e recebeu 1.986 novos associados - os ex-assistidos da PrevHab -, aposentados e

pensionistas do extinto Banco Nacional de Habitação/BNH que estavam recebendo suas aposentadorias e pensões da CAIXA após a rescisão do convênio com a CAIXA Seguros. As reservas garantidoras desses associados foram incorporadas aos ativos da Fundação.

Além dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora CAIXA, também contam com um plano de previdência complementar os 238 empregados do quadro da FUNCEF, tendo como patrocinadora do plano a própria Fundação.





EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS

	PARTICIPANTES EM ATIVIDADE	PARTICIPANTES ASSISTIDOS	TOTAL
2000	54.194	15.474	69.668
2001	51.546	18.410	69.956
2002	48.609	19.160	67.769
2003	48.991	21.737	70.728

FOLHA DE BENEFÍCIOS

No ano de 2003, foram pagos quase R\$ 500 milhões em benefícios aos associados. Em aposentadorias e pensões, foram pagos R\$ 389 milhões aos 21.737 assistidos, além de pecúlios, auxílios, dentre outros.

DESPESAS PREVIDENCIAIS	QUANTIDADE	Em R\$ mil
		VALOR
Aposentadorias	17.872	350.481
Pensões	3.865	38.797
Pecúlio por Morte	144	546
Auxílio-Funeral	126	538
Renda Antecipada		46.004
Resgates	843	9.630
Abonos		34.957
Outros Benefícios		4.161
TOTAL		485.114

RELACIONAMENTO COM O ASSOCIADO

Busca de melhoria no atendimento

Em 2003, a FUNCEF iniciou um programa de aproximação com os associados. O principal foco de trabalho foi a promoção de melhorias no atendimento, e para isso foi criada a Coordenação de Relacionamento (COREL), vinculada à Diretoria de Benefícios e Administração (DIBEN). Sua principal atribuição é garantir que os associados recebam um tratamento tempestivo e de qualidade, em todas as suas demandas.

Muito ainda há para ser feito. Para atender melhor, há que se dispor de uma estrutura adequada, com um sistema de informação consolidado, com equipamentos e programas que permitam o acesso a um banco de dados completo para responder rapidamente ao participante e ao assistido. A estrutura existente está esgotada, não atende às necessidades da Fundação. Os recursos são limitados, mas a proposta dos gestores é superar os limites por meio de um processo contínuo de melhoria.



Foram registrados mais de 5.400 questionamentos por mensagens eletrônicas, apenas entre outubro - criação da área de relacionamento - e dezembro de 2003. A Central de Atendimento - 0800 99 1900 - recebeu, aproximadamente, 90 mil chamadas no ano

de 2003, e, em muitos dias, ficou com sua capacidade de atendimento esgotada, congestionando as chamadas em horários de pico. A renovação e a contratação de empréstimos são os serviços mais demandados pelos associados, conforme quadro abaixo:

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Renovação de Empréstimo	35.847
Contratação de Empréstimo	4.790
Benefícios Concedidos - Aposentadoria	2.221
Benefícios Concedidos - Pensão	670
Solicitação de Auxílio - Funeral/Pecúlio por Morte	270

■ COMUNICAÇÃO INTENSA E ACESSÍVEL

Adotando uma política de transparência e com orientação estratégica voltada para o participante, a FUNCEF possui um relacionamento de afinidade e confiança com o seu associado e com a sociedade em geral, dando visibilidade às suas ações e aos resultados na mídia. Um conjunto de pessoas qualificadas e um pacote de serviços e de canais de comunicação é oferecido aos participantes, por diversos meios: atendimento pessoal, telefônico, impresso e digital.



A principal publicação da FUNCEF dirigida aos associados é o Jornal Notícias da FUNCEF. Em 2003, foram cinco edições, num total de 54 páginas de notícias e mais 24 páginas de demonstrações contábeis e relatórios de acompanhamento da política de investimentos. Ao longo do ano, foram publicadas 92 matérias e notas, abordando a atuação de todas as áreas da FUNCEF. Os empregados da CAIXA que ainda não são associados da FUNCEF também receberam o jornal como forma de estimular a adesão ao fundo de pensão. Até março de 2003, as edições eram trimestrais, a partir daí, a periodicidade passou a ser bimestral.

E, na edição de dezembro, um presente especial da Diretoria aos aposentados e pensionistas: o recém-editado Estatuto do Idoso. Também pela Internet, a FUNCEF disponibiliza informação e atendimento aos associados. O *site* www.funcef.com.br é mais um canal de relacionamento com os participantes. O ambiente possui 6 mil páginas de informações e serviços de auto-atendimento. Nas páginas do *site*, o associado encontra informações sobre os planos de benefícios, investimentos, balancetes, notícias institucionais, regulamentos dos planos, coberturas jornalísticas de eventos, dentre outras.

Em 2003, foram publicadas mais 900 matérias. Em ambientes específicos (*hot sites*), o associado acompanha a cobertura jornalística dos eventos que a Fundação realiza ou participa (Simpósio de Aposentados, Seminário Internacional dos Fundos de Pensão, CONECEP, FUNCEF pelo Brasil, e outros seminários, reuniões e palestras). No canal *on-line* www.funcef.com.br, o associado pode acompanhar, passo a passo, a gestão da Fundação, o resultado dos investimentos, as mudanças nos planos de benefícios e a atuação dos conselheiros e diretores.



Auto-atendimento

No *site* www.funcef.com.br, por meio de senha cadastrada na hora, os participantes têm acesso a diversos serviços, tais como extrato de conta, extrato de contribuições, proposta de adesão, demonstrativo de IR, contracheque, suspensão de empréstimo, além de formulários e requerimentos da FUNCEF e do INSS. O atendimento por *e-mail* dá-se pelo canal Fale com a FUNCEF, também disponível no *site*.

3

RESERVAS GARANTIDORAS



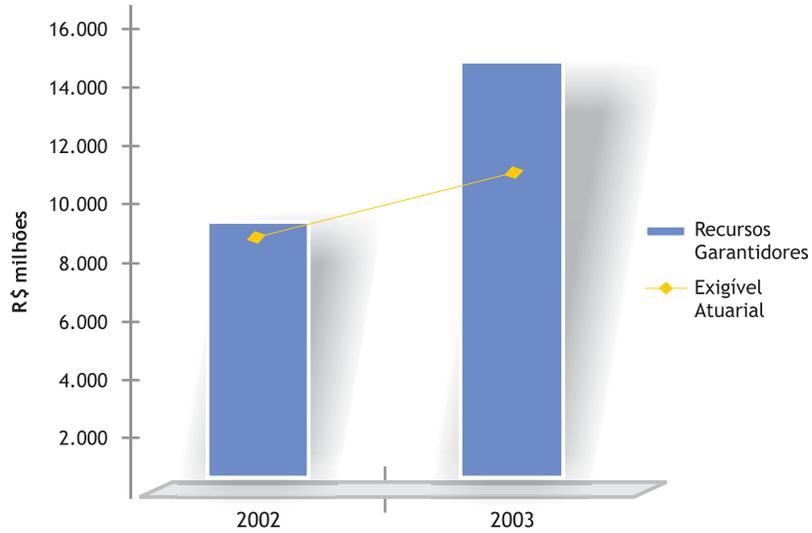
Os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) cresceram quase 60% em 2003, e somam R\$ 14,941 bilhões, contra R\$ 9,366 bilhões do ano anterior. Os RGRT são compostos pelos ativos líquidos do Programa de Investimentos e pelos recursos disponíveis na FUNCEF. Esse montante é suficiente para cobrir o total de compromissos atuariais dos planos de benefício da Fundação.

	REG/REPLAN	REB	Em R\$ TOTAL
Benefícios Concedidos	4.854.146	496.061	5.350.207
Benefícios a Conceder	5.731.614	31.359	5.762.973
Benefícios do Plano c/ Geração Atual	8.043.070	31.359	8.074.429
(-) Outras Contribuições - Geração Atual	-2.311.456		-2.311.456
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-800		-800
EXIGÍVEL ATUARIAL	10.584.960	527.420	11.112.380

Em 2002, as reservas técnicas da FUNCEF somaram R\$ 8,91 bilhões. O crescimento dessas reservas em 2003 foi de 24,7% - abaixo, portanto, do crescimento dos RGRT no mesmo período, provocado principalmente pela quitação da dívida da CAIXA, em abril, no valor de R\$ 2,77 bilhões, creditados para o Fundo para Ajustes dos Planos. Os RGRT, além de dar cobertura aos compromissos previdenciais dos planos, devem também garantir a implementação das adequações especificadas pela LC 109/01 e pelo acordo assinado com a CAIXA, bem como, a criação de um novo plano.

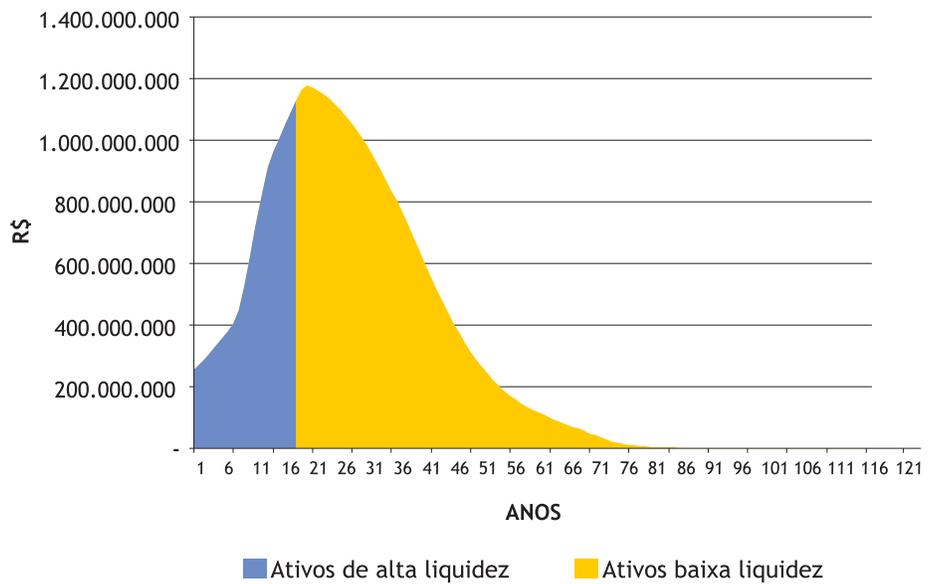


RGRT x Exigível Atuarial



LIQUIDEZ

Os ativos garantidores dos compromissos dos planos indicam que a FUNCEF possui recursos de alta liquidez, suficientes para honrar o pagamento de benefícios pelos próximos 19 anos, considerando-se o fluxo atuarial dos regulamentos do REG/REPLAN e REB vigentes em 31.12.2003.



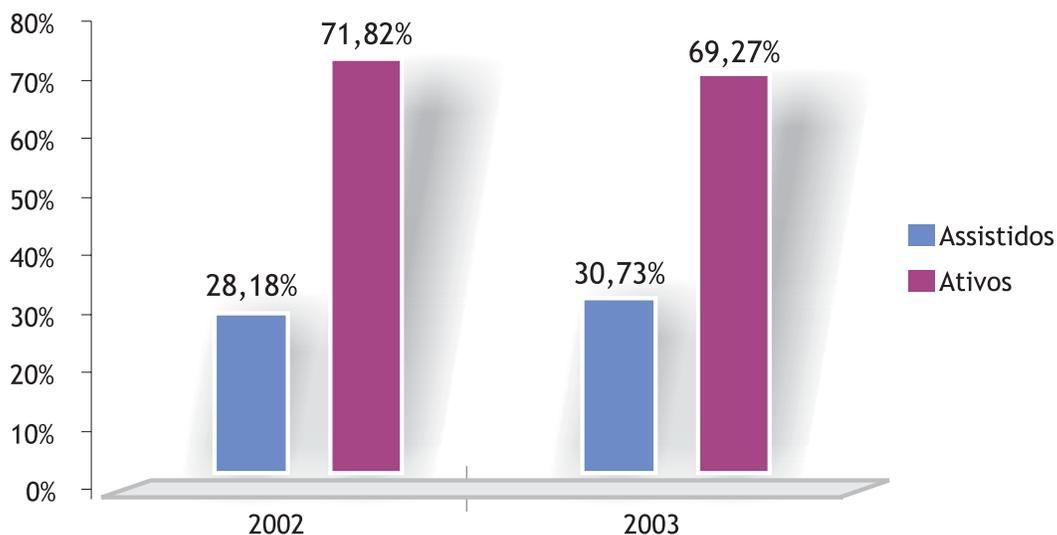
O número de associados também cresceu mais de 4% em 2003, passando de quase 68 mil para mais de 70,7 mil pessoas, como pode ser observado no quadro abaixo:

	2002	2003	VARIAÇÃO
NÚMERO DE PARTICIPANTES	67.988	70.728	4,03%
Assistidos	19.160	21.737	13,45%
Ativos	48.828	48.991	0,33%

A mudança no perfil do quadro de associados da Fundação acentuou-se, em 2003, com o crescimento de 13,45% no número de assistidos, enquanto o número de participantes ativos cresceu apenas 0,33%.

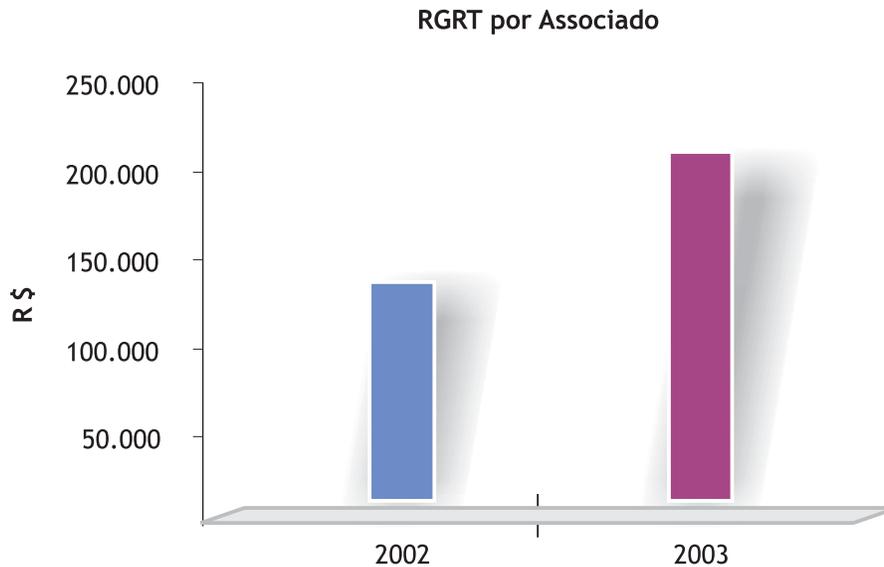
Com isso, pela primeira vez, o percentual de assistidos ultrapassou a casa dos 30% dos associados, indicando que a FUNCEF é, cada vez mais, um fundo de pensão maduro.

Composição do Quadro de Associados





Um importante indicador do desempenho operacional da Fundação é o valor médio de RGRT por associado, que saltou de R\$ 137,6 mil, em 2002, para R\$ 211 mil, em 2003, com um crescimento de 53,5%. Esse resultado foi motivado principalmente pelo acordo da dívida com a CAIXA e pelo recebimento de novos associados - o grupo de ex-assistidos da PrevHab -, além do excelente resultado de investimentos obtido no exercício.



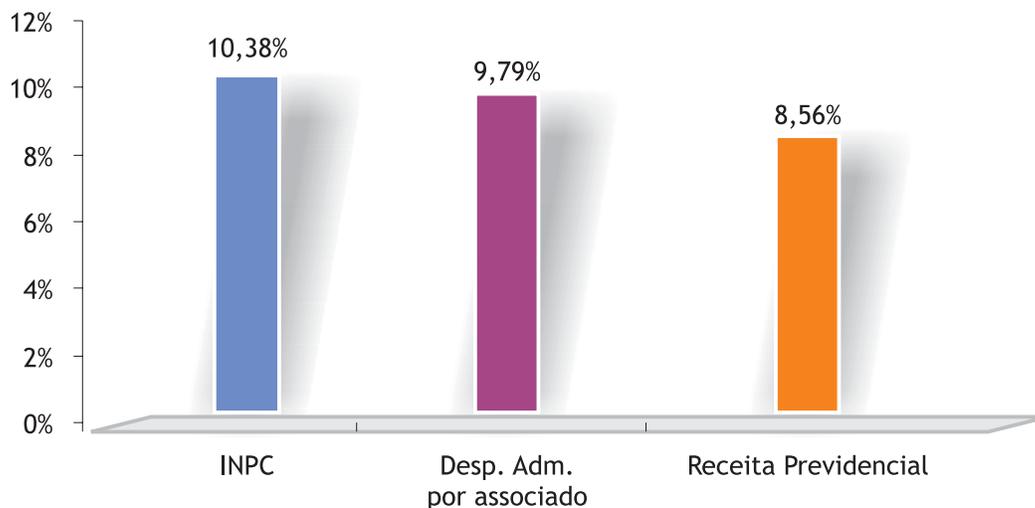
■ RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As Receitas Previdenciais (RP) correntes, que são as contribuições dos participantes, assistidos e da Patrocinadora, apresentaram crescimento de 8,56%. Esse comportamento das receitas foi uma das razões que explicaram o crescimento da sobrecarga administrativa, que passou de 14,97%, em 2002, para 15,75% das RP, em 2003.

	2002	2003	Em R\$ Variação
Receita Previdencial	256.869.904,96	265.764.690,00	3,46%
Despesas Administrativas	36.656.910,41	41.866.407,06	14,21%
Sobrecarga Administrativa	14,97%	15,75%	5,21%
Desp. Admin. x n° associados	539,17	591,94	9,79%

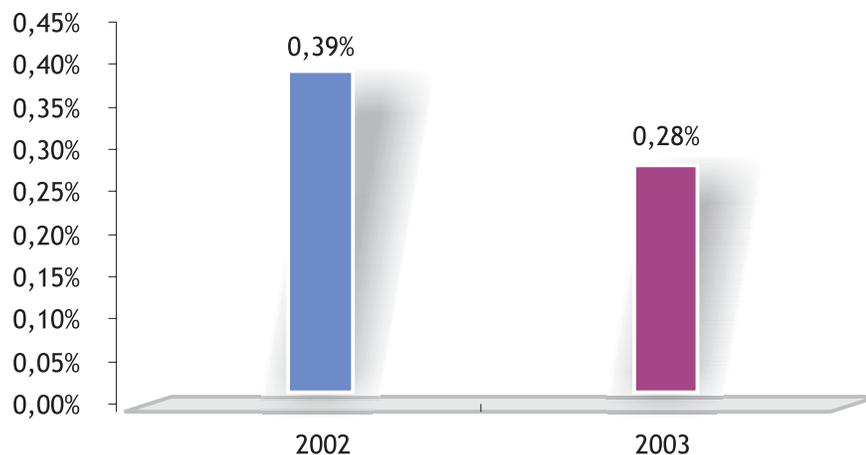
Mesmo com o crescimento de 14,21% das despesas administrativas, a variação anual da despesa média por associado ficou abaixo da inflação medida pelo INPC, que, no mesmo período, foi de 10,38%.

Receitas e Despesas - Variação 2002 - 2003



Quando comparado ao total dos RGRT, o custeio administrativo foi de 0,28%, em 2003, abaixo dos 0,39% verificados no ano anterior e bastante abaixo dos valores cobrados pelas entidades abertas de previdência privada, em que esse custo varia de 1 a 3%.

Custo Administrativo x RGRT

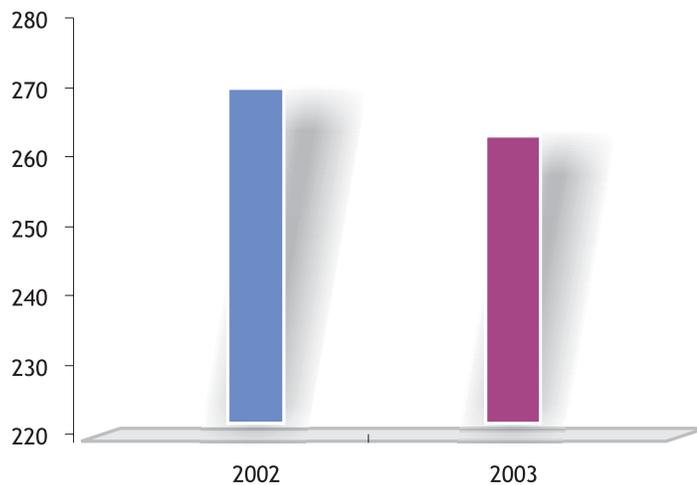




■ CRESCIMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

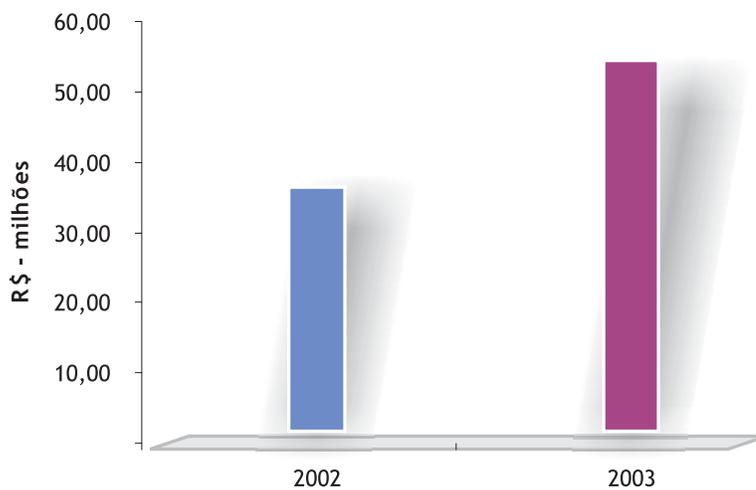
A FUNCEF aumentou o número de empregados, terminando o exercício com um quadro próprio de 269 pessoas, contra 252 em 2002. As contratações foram feitas com o objetivo de aprimorar o atendimento aos associados, especialmente em função do crescimento do número de assistidos, que apresentam uma demanda média por serviços da Fundação maior que os ativos. Esse crescimento provocou uma queda na relação nº de associados/empregado, que caiu de aproximadamente 270/1, em 2002, para 263/1, no ano passado.

Número de Associados por Empregado



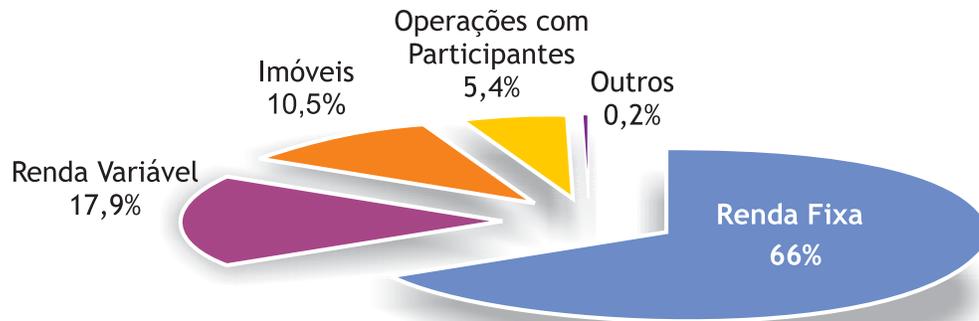
Mesmo assim, a relação RGRT/empregado apresentou crescimento de quase 50%, passando de R\$ 37,13 milhões, em 2002, para R\$ 55,50 milhões, em 2003.

RGRT por Empregado



4

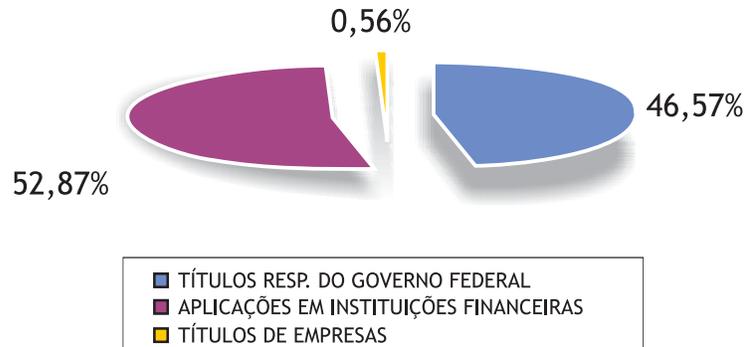
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO



CARTEIRA	R\$ bilhões
Renda Fixa	9,865
Renda Variável	2,675
Investimentos Imobiliários	1,562
Operações com Participantes	0,805
Outros Realizáveis	0,034
TOTAL	14,941

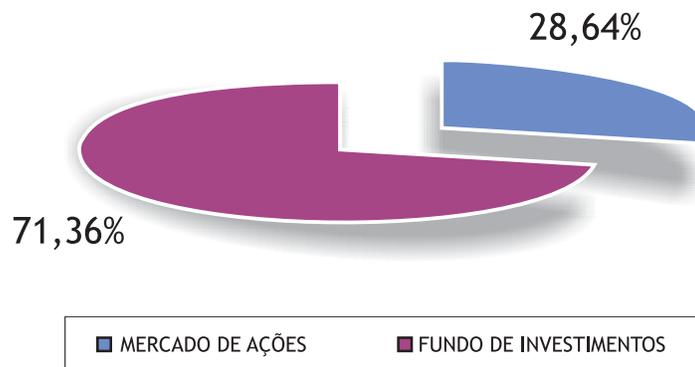
Esses ativos estão aplicados integralmente no Brasil, sendo que 57% estão investidos em letras e títulos públicos, e 43% em participações em empresas, ações negociadas na Bolsa, imóveis e operações com participantes.

RENDA FIXA



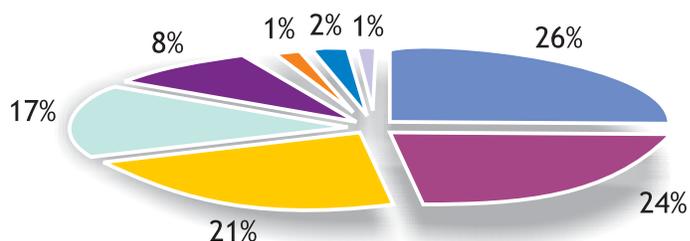
	Em R\$
RENDA FIXA	9.865.013.263
Títulos de Responsab. do Governo Federal	4.594.021.496
Aplicações em Instituições Financeiras	5.216.101.191
Títulos de Empresas	54.890.576

CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL



	Em R\$
RENDA VARIÁVEL	2.674.632.734
Mercado de Ações	765.898.338
Fundo de Investimentos	1.908.734.396

■ CARTEIRA IMOBILIÁRIA



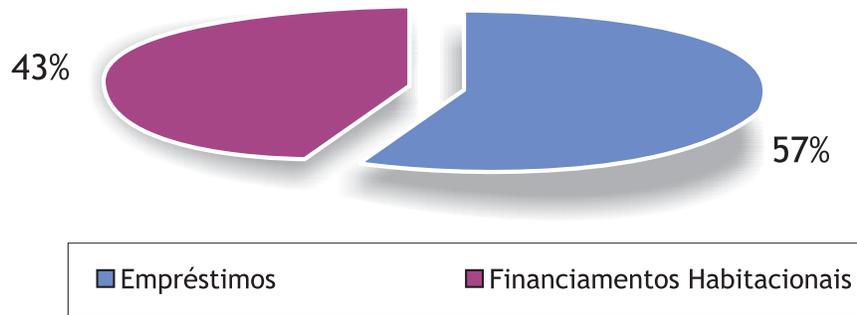
■ Edificações	■ Shopping Center
■ Fundo de Invest. Imob.	■ Complexo Hoteleiro
■ Em Construção	■ Complexo de Entretenimento
■ Direito em Alienações em Inv. Imob.	■ Terrenos

	Em R\$
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.561.807.264
Edificações	413.461.310
Shopping Center	374.688.342
Fundo de Invest. Imob.	328.589.817
Complexo Hoteleiro	261.595.990
Em Construção	122.222.968
Complexo de Entretenimento	14.814.400
Direito em Alienações em Inv. Imob.	28.257.216
Terrenos	18.177.218



■ OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A carteira de operações com participantes representa 5,4% do total dos investimentos da Fundação, e seus recursos destinam-se aos empréstimos e financiamentos aos associados.



	Em R\$
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	805.335.322
Empréstimos	462.207.008
Financiamentos Habitacionais	343.128.313

5

RESULTADO DO EXERCÍCIO



No ano passado, os resultados dos investimentos geraram R\$ 2,514 bilhões para a Fundação, representando uma rentabilidade de 21,67% na carteira global. Essa rentabilidade superou em 27% a meta atuarial da Fundação, que é o INPC + 6% a.a. (17,06%), contribuindo para um superávit de R\$ 73 milhões no ano, depois de deduzidas as provisões e destinados os recursos para o fundo previdencial. Pelo segundo ano consecutivo, a FUNCEF apresenta resultado positivo: em 2002, o superávit foi de R\$ 243 milhões,

resultando no acumulado de R\$ 316 milhões no último biênio.

Orientada por sua política de investimentos, a FUNCEF realizou alocações táticas e soube aproveitar os momentos de alta de juros, no primeiro semestre, e a elevação do Ibovespa. A taxa de juros no acumulado em 2003 foi elevada, apesar da queda ocorrida no segundo semestre. O mercado acionário também apresentou alta *performance*, com a Bolsa de Valores ultrapassando a marca inédita de 22 mil pontos.

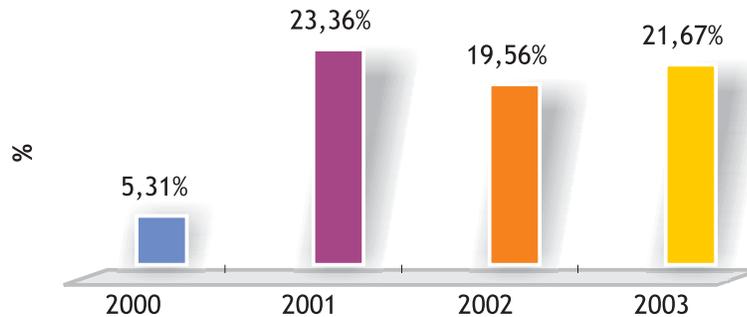
RENTABILIDADE 2003 - POR CARTEIRA DE INVESTIMENTO

Em R\$ milhões

MACROSSEGMENTO	RESULTADO*	RENTABILIDADE	BENCHMARK
Renda Fixa	1.748	26,58%	23,34% CDI
Renda Variável	617	26,97%	97,10% Ibovespa
Imóveis	16	0,81%	17,06% INPC+6%
Operações c/ Participantes	132	20,41%	17,06% INPC+6%
TOTAL	2.514	21,67%	17,06% INPC+6%

* Valores excluindo os tributos

HISTÓRICO DE 2000 A 2003 DA RENTABILIDADE X ACUMULADO/ANO



RENTABILIDADE	2000	2001	2002	2003
Renda Fixa	13,87%	12,07%	19,71%	26,58%
Renda Variável	- 0,20%	39,25%	15,55%	26,97%
Investimentos Imobiliários	2,23%	4,23%	22,56%	0,81%
Operações com Participantes	10,48%	11,42%	17,95%	20,41%
Total dos Investimentos	5,31%	23,36%	19,56%	21,68%

CARTEIRA MOBILIÁRIA

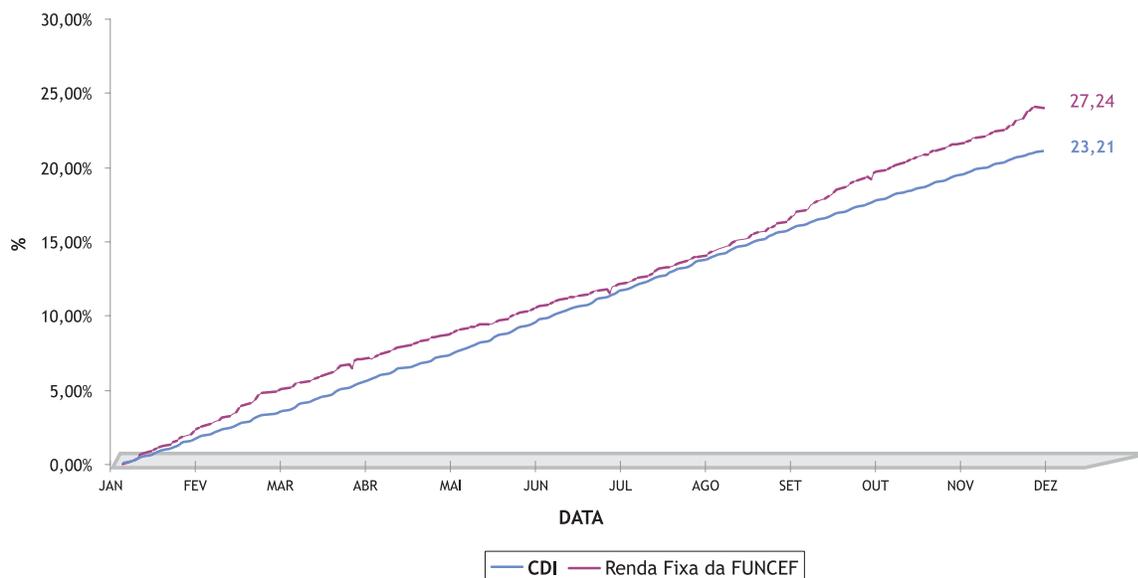
BOA PERFORMANCE DA RENDA FIXA



Os investimentos que mais contribuíram para o resultado positivo são os da carteira de Renda Fixa (RF), que concentra 66% dos ativos, a maior da Fundação. Ela é composta por títulos públicos e privados que somam R\$ 9,9 bilhões. A rentabilidade obtida pela FUNCEF nas aplicações

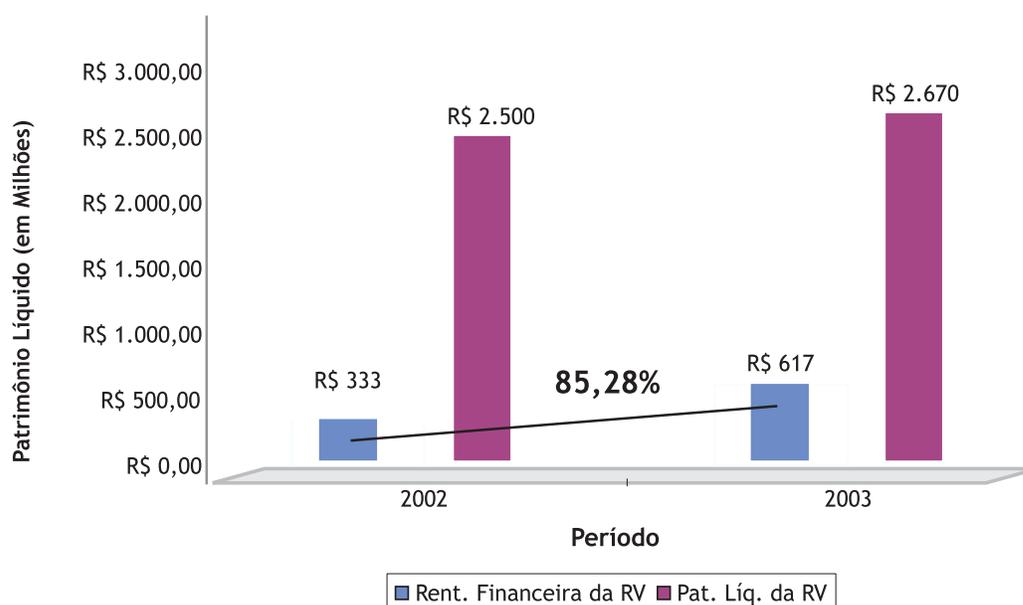
em Renda Fixa foi de 26,58%, ou seja, 114% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), parâmetro dessa carteira. Essa *performance* gerou R\$ 1.748 milhões de resultado para a Fundação.

De 2002 para 2003, a carteira de RF mais que dobrou de volume, passando de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 9,9 bilhões em razão do pagamento da dívida pela CAIXA - R\$ 2,77 bilhões, em abril de 2003, recebido integralmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), mais o aporte de R\$ 600 milhões de reservas dos 1.986 assistidos, oriundos da PrevHab, além do próprio resultado das aplicações.



RENDA VARIÁVEL PROTEGIDA

Outra carteira expressiva é a de Renda Variável (RV), composta por ações negociadas na Bolsa, fundos de ações, debêntures conversíveis e participação em empresas. Em 2003, essa carteira rendeu R\$ 617 milhões contra um resultado de R\$ 333 milhões no ano anterior, mesmo com o volume de recursos quase inalterado: em 2002, era de R\$ 2,5 bilhões, aumentando para R\$ 2,67 bilhões em 2003.

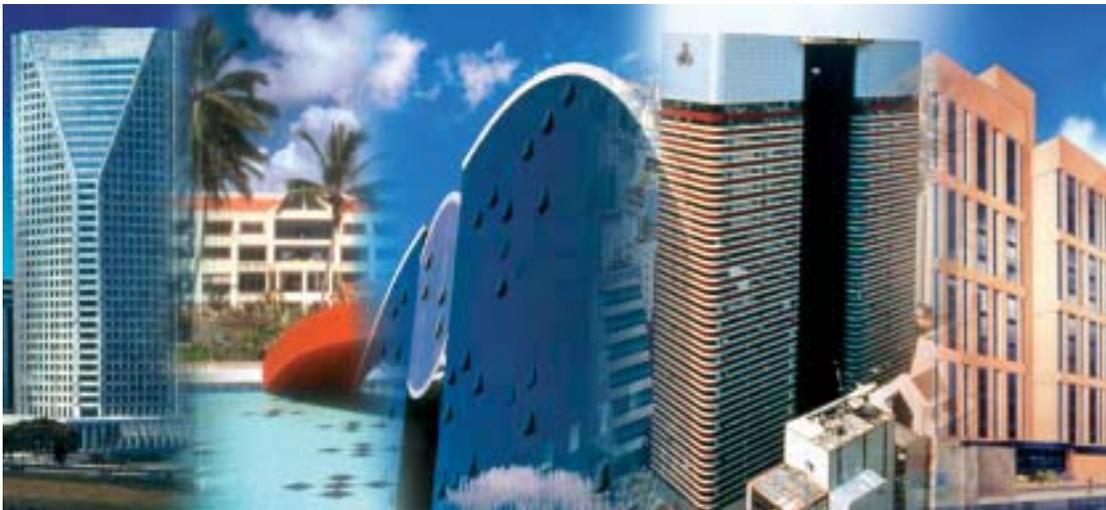




A rentabilidade de 26,97%, obtida pela carteira global de RV, foi impulsionada pelo desempenho das ações negociadas na Bolsa, que renderam 73%. Mesmo assim, esse percentual ficou aquém do parâmetro para a carteira - Ibovespa (97,10%), pois, em agosto, a Diretoria decidiu pela operação de proteção de parte da carteira de ações, com vencimento em junho/04.

Outra razão para a performance global da carteira foi o resultado negativo de alguns investimentos (participações em empresas) e o provisionamento de debêntures (Serra Azul) e do bônus de subscrição (AmBev). Além disso, o valor contábil não atualizado do fundo de investimento que é detentor da Vale do Rio Doce (Litel) refletiu na performance da RV.

■ CARTEIRA DE IMÓVEIS SEM O IMPACTO DA REAValiaÇÃO



Com 10,5% dos ativos da Fundação (R\$ 1,56 bilhão), a carteira de imóveis é composta por *shopping centers*, hotéis, imóveis para locação, terrenos e fundos imobiliários. Em 2003, essa carteira obteve resultado global de R\$ 16 milhões (0,82% de rentabilidade).

Shopping centers - a FUNCEF possui participação em 18 *shopping centers*, pre-

sentes em todas as regiões do País. São R\$ 374 milhões, representando 24% dos ativos existentes na carteira imobiliária. A atuação nesse segmento dá-se por meio de participações nos empreendimentos, que se organizam em forma de condomínio. Os *shoppings* foram responsáveis por 30% da receita do segmento imobiliário da Fundação, com resultado líquido de R\$ 32,9 milhões.



Apesar da retração no mercado de varejo, ocorrida em 2003, o segmento de *shopping* da Fundação obteve um crescimento de 10,08%, superando significativamente o incremento apresentado pela indústria de *shoppings* no Brasil de 0,97%, conforme registrado pela ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers). Outro fator que elevou esse resultado foi a redução de, aproximadamente, 35% das despesas com os empreendimentos, fruto da gestão ativa da área imobiliária da Fundação.

As ações para maior governança com as administrações dos *shoppings*, realizadas ao longo de 2003, deverão apresentar maiores reflexos no ano de 2004, para o qual se estima novamente um crescimento superior ao do seu segmento de mercado. Isso se deve, principalmente, a um maior rigor no acompanhamento da gestão dos



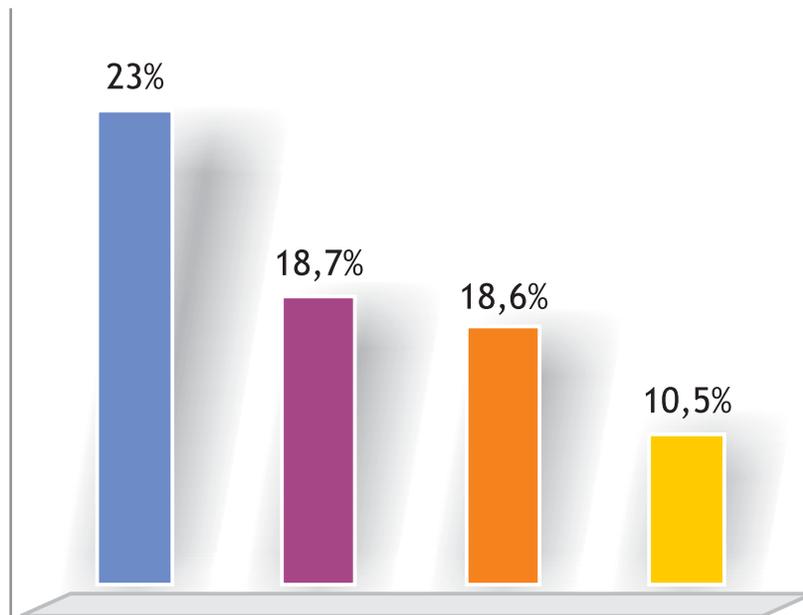
empreendimentos, bem como a busca constante do aumento de sua participação nas principais decisões e ações para cada *shopping*, com foco na rentabilidade. Destaca-se ainda, em 2003, a recuperação do segmento de hotéis, que sai de um resultado negativo de R\$ 26 milhões, em 2002, para R\$ 8 milhões de receita geradas.





■ REDUÇÃO GRADUAL DA CARTEIRA

Os fundos de pensão podem ter, no máximo, 14% dos seus ativos investidos em imóveis, de acordo com a Resolução CMN n° 3.121. A FUNCEF vem reduzindo gradualmente os percentuais de aplicação nesse segmento. A carteira imobiliária reduziu de 18%, em 2002, para 10,5% da carteira global de investimentos da Fundação em 2003. Isso se deve ao incremento de 25% do patrimônio total com o pagamento da dívida da CAIXA em LFT (Renda Fixa) e com o resultado das aplicações.



ANO	Em R\$ milhões							
	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
Investimentos Imobiliários	1.586	23%	1.494	18,7%	1.689	18%	1.562	10,5%
Total das Carteiras de Investimentos	6.895	100%	7.974	100%	9.354	100%	14.941	100%

■ EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES

A carteira de operações com participantes apresentou resultados acima do índice atuarial (INPC+6%). Em dezembro de 2003, a Fundação destinava R\$ 805 milhões para empréstimos e financiamentos aos associados. A rentabilidade de 20,41% dessa carteira gerou R\$ 132 milhões de resultado para a Fundação, que se reverterão em novos benefícios aos participantes.

Essa carteira é composta por contratos de empréstimos e financiamentos concedidos aos associados. No final de 2003 a FUNCEF tinha R\$ 462,2 milhões em empréstimos, representando 41.056 contratos, com valor médio, por contrato, de R\$ 11.152,00, e prazo médio de 39 meses. A inadimplência é de 0,49% (457 contratos).

■ PRUDÊNCIA NA ADEQUAÇÃO DOS PLANOS E NOS PROVISIONAMENTOS

Os cálculos atuariais implicaram na constituição de um fundo previdencial destinado à implantação do novo plano e aos ajustes dos planos à LC n° 109/01 e às condições estabelecidas no acordo da dívida assinado com a CAIXA, que em 31.12.03 perfazia R\$ 3,2 bilhões. Os recursos do fundo previdencial originaram-se principalmente do pagamento da dívida da CAIXA, de R\$ 2,77 bilhões, em abril/03.

Na carteira de Financiamento Habitacional, estão aplicados R\$ 393,5 milhões em 4.492 contratos, com valor médio financiado, por contrato, de R\$ 87.492,00. O valor médio das prestações é de R\$ 824,67 e prazo médio de 235 meses. A inadimplência da carteira é de 14,35% (645 contratos), sendo, desses, 11% aposentados, 63% ativos patrocinados e 27% ativos facultativos.

Durante o ano de 2003, a FUNCEF manteve uma política de descontos para liquidação antecipada. Até o final do ano, foram quitados 321 financiamentos, resultando em quase R\$ 3 milhões de descontos concedidos. Essa política gerou R\$ 19 milhões de retorno antecipado para o fundo, que novamente se reverterão em benefício dos associados.

Essa prudência demonstra o cuidado da Diretoria com a saúde da Fundação e com o futuro dos associados.

Os provisionamentos efetuados no exercício totalizaram R\$ 216.999 e vieram ao encontro da política adotada pela Diretoria, demonstrando total transparência na gestão dos ativos e passivos da Fundação, e atende às orientações dos auditores independentes.



Alguns destaques que impactaram a rentabilidade de cada carteira:

- Renda Fixa - R\$ 15.147 mil relativos às debêntures do Hopi Hari (parque temático - SP) adquiridas em 1997;
- Renda Variável - R\$ 38.808 mil relativos ao residual das debêntures de Serra Azul (parque aquático Wet'n Wild-SP) adquiridas em 1996, 1997 e 1998; R\$ 79.900 mil relativos ao prejuízo com a não subscrição de bônus de ações da AmBev, por discordância com o preço de subscrição proposto pela Companhia;
- Imobiliária - R\$ 26.916 mil relativos à parte do valor em construção do Global Shopping (Santo André-SP) adquirido em 1997; R\$ 42.406 mil relativos aos parques aquáticos Wet'n Wild Rio de Janeiro e Salvador, adquiridos em 1995 e 1996; R\$ 21.507 mil relativos às perdas com inadimplências de aluguéis.
- Operações com Participantes - R\$ 26.192 mil relativos às perdas com empréstimos e financiamentos, conforme regras do

órgão regulador e fiscalizador;

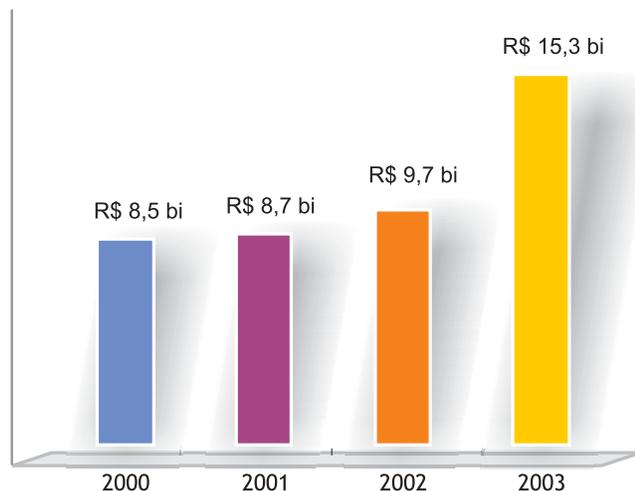
- Foram provisionados R\$ 21.791 mil relativos à provável perda em função da indenização à empresa CNP, que adquiriu a participação da FUNCEF na CAIXA Seguros (Ex-Sasse), decorrente de imprevistos com relação às informações prestadas ao comprador.

- Provisionamentos de R\$ 3.008 mil relativos à sucumbência por risco de perda decorrente de demandas judiciais ou processos administrativos, em especial, contingência em função da ação contra a AmBev, motivada pela proposta de subscrição de bônus de ações recusada pela FUNCEF.

Os planos REG/REPLAN não apresentaram superávit no exercício de 2003, principalmente, em razão da constituição do Fundo Previdencial para Ajuste dos Planos, que além de receber os recursos do pagamento da dívida da CAIXA, foi creditado pelo resultado de investimentos.

■ EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

A performance dos investimentos da Fundação e o recebimento de R\$ 2,77 bilhões referentes à quitação da dívida da CAIXA, e R\$ 600 milhões de reservas garantidoras dos novos associados, ex-assistidos da PrevHab, fizeram com que a FUNCEF passasse a ser o terceiro maior fundo de pensão do País, com um patrimônio de R\$ 15,3 bilhões.



6

GOVERNANÇA CORPORATIVA



Aprimorar cada vez mais as práticas de governança corporativa foi a estratégia adotada pelos órgãos colegiados da Fundação em 2003. O objetivo é dar maior transparência e segurança, ampliando os espaços de participação dos atores envolvidos com o fundo de pensão: participantes, Patrocinadora e empregados. Com essa orientação, o Conselho Deliberativo aprovou a indicação de dois diretores executivos (de Controladoria e de Benefícios e Administração), indicados pelos membros eleitos do CD para compor a Diretoria Executiva da FUNCEF.

Em intensa atividade, os Conselhos Deliberativos e Fiscal cumpriram seus papéis, dando maior transparência à governança corporativa da Fundação. Os assuntos levados às reuniões foram amplamente analisados e debatidos pelos conselheiros, que buscaram garantir, nas suas decisões, os interesses dos participantes e da Patrocinadora, bem como o equilíbrio da Fundação. O CD realizou 16 reuniões durante o ano de 2003, sendo cinco extraordinárias, e o CF reuniu-se nove vezes.

Buscando dar maior governabilidade aos gestores sobre os investimentos de sua carteira, a Fundação aprimorou suas normas internas. Ao longo de 2003, em 32 reuniões, sendo 10 extraordinárias, foram aprovadas pela Diretoria Executiva diversas Circulares Normativas, que passaram a compor o conjunto de Normas da FUNCEF. A Fundação também mobilizou esforços para adequar-se às mudanças promovidas nas normas externas, em especial as emanadas dos órgãos reguladores do

sistema de previdência complementar (CGPC, SPC, CMN, CVM e outras). Destaca-se, no decorrer do exercício, a edição da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.121, em substituição à Resolução nº 2.829, que determinou modificações na gestão dos ativos das entidades fechadas de previdência complementar.

■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE 2003-2006

Com a posse da Diretoria, no final de março de 2003, identificou-se a necessidade de um novo planejamento estratégico para a Fundação. A Diretoria Executiva decidiu elaborar um plano com três recortes temporais: curto prazo (até dezembro de 2003), médio prazo (até o final de 2006) e longo prazo (até 2010). A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico foi o processo participativo, permitindo que as estratégias, os projetos e os planos de atividades representassem o conjunto de atores que formam a Fundação: conselhos, Diretoria, quadro gerencial e empregados, associados (ativos e assistidos) e Patrocinadora. A partir dessas definições, em agosto iniciou-se a construção do Planejamento Estratégico da FUNCEF 2003-2006, cuja elaboração contou com a contribuição de mais de 250 pessoas. Entre elas, estavam os diretores-executivos, conselheiros deliberativos e fiscais, empregados da Fundação, entidades representativas dos associados (associações de assistidos, sindicatos, CNB, FENAE), representantes da CAIXA, além de representantes do Governo

■ GESTÃO DE RISCOS

A FUNCEF mantém em sua estrutura uma área especificamente voltada para avaliar e mensurar os riscos aos quais a Fundação e seus investimentos estão expostos, que são condensados em três dimensões principais: risco de mercado, risco de crédito e risco operacional.



Federal, que contribuíram com os debates relacionados às estratégias governamentais para o segmento de previdência complementar e para os investimentos na infra-estrutura do País. Foram convidados, também, representantes da SPC, Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Planejamento. O relatório síntese do Planejamento elencou 45 desafios de médio e longo prazos, dentre os quais se destacam a melhoria no atendimento aos associados, a implantação do novo plano de benefícios, a ampliação do quadro de participantes e a implantação do sistema corporativo TotalPrev.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é realizado com o apoio da metodologia de apuração mais utilizada no mercado, o Value-at-Risk (VaR), ou valor em risco, associada a uma metodologia de preservação de capital desenvolvida por técnicos da própria

Fundação, denominada GAMA, de eficiência reconhecida pelo mercado, tendo sido premiada no XVII Congresso Nacional da APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais). O processo consiste na apuração, em base diária, do valor em risco das aplicações em valores mobiliários, notadamente carteiras de Renda Fixa e Renda Variável, fornecendo, assim, subsídios para a tempestiva atuação dos gestores desses ativos quanto ao montante de recursos expostos às variações de mercado.

Risco de crédito

Assim como qualquer empresa que realiza operações financeiras, a FUNCEF também está exposta ao risco de crédito. Por ser um dos tipos de risco mais relevantes, a correta mensuração assume grande importância dentro do processo de diversificação dos investimentos frente ao atual cenário de gradual queda das taxas de juros. A metodologia para asunção de risco de crédito encontra-se rigidamente discriminada nos normativos

internos da FUNCEF. Aliada à metodologia própria, a Fundação leva em conta a classificação de risco (*rating*) atribuída por instituição reconhecida no mercado.

Risco operacional

Para mensurar o risco operacional, foi adotada a metodologia de mapeamento de processos, que indica todas as atividades realizadas dentro da Fundação, em seus pormenores, detectando pontos falhos. Para esses, são sugeridas melhorias no processo, em comum acordo com os gestores das atividades.

O Planejamento Estratégico apontou o desenvolvimento de um sistema de Gestão Integrada de Riscos como um dos principais objetivos estratégicos a serem cumpridos pela Fundação nos próximos anos. Isso demonstra a grande preocupação dos gestores com a mensuração do nível de exposição a riscos aos quais a Fundação está exposta. O uso dessas ferramentas busca minimizá-los, conferindo maior segurança ao patrimônio dos associados.

■ CONTROLES INTERNOS

Por ser uma entidade cujas atividades são altamente regulamentadas, a FUNCEF possui diversos mecanismos de controle interno e conformidade, utilizados como medida de prevenção de falhas e riscos de perdas financeiras e institucionais (jurídicas e de imagem).

Para garantir o adequado funcionamento de seus processos produtivos, sejam os relacionados à gestão dos passivos ou dos ativos, a Diretoria adotou diversas medidas para adequar as rotinas às normas externas e internas, em especial no que se refere à edição da Resolução CMN nº 3.121, que estabeleceu novas regras e limites para alocação dos investimentos das entidades fechadas de previdência complementar.



O ano de 2003 foi um marco para a FUNCEF, no que diz respeito à estruturação da atividade de conformidade. Buscando sistematizar tanto a implantação quanto o monitoramento das operações, em outubro a Diretoria Executiva aprovou o projeto FUNCEF CONFORME, que tem como objetivo principal a mitigação do risco legal no âmbito da Fundação. O projeto sustenta-se em dois pilares: o Comitê de Conformidade, personificação de um modelo de gestão participativa, e a Auto-avaliação dos Riscos envolvidos nas operações. O projeto foi elaborado no âmbito da Diretoria de Controladoria, cuja concepção e desenvolvimento coube aos profissionais do próprio quadro da FUNCEF. Sob a responsabilidade da Gerência de Controle e Riscos (GECOR), a implantação deve ser concluída no decorrer de 2004, abrangendo todas as áreas da Fundação.

No ano de 2003, iniciou-se o processo de revisão de todos os normativos internos e o mapeamento dos processos considerados estratégicos no que tange à continuidade dos negócios da FUNCEF (pagamento de benefícios e gestão de ativos). Para o sucesso do projeto, a Fundação está desenvolvendo um Sistema Informatizado de Monitoramento da Conformidade.



■ MANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o objetivo de consolidar preceitos das melhores práticas de Governança Corporativa e servir de instrumento de suporte no âmbito do relacionamento societário das participações relevantes, seja em nível de Conselhos de Deliberativo e Fiscal, comitês, ou da sua equipe técnica, a FUNCEF iniciou, em 2002, a elaboração e adoção do Manual de Governança Corporativa. O projeto está sob a responsabilidade da Coordenação de Participações (COPAR), vinculada à Diretoria de Finanças.

A utilização do Manual tem por finalidade maximizar o retorno da carteira de investimentos em participações da FUNCEF em consequência da atuação pró-ativa de nossos representantes nos órgãos de governança das empresas investidas. O processo de seleção de conselheiros também faz parte do Manual, que ainda está em avaliação pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Apresentado em diversos seminários, ele é referência no mercado. Em agosto, foi tema de palestra no III Seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em São Paulo. Os conselheiros da FUNCEF nas empresas e nos fundos nos quais detêm participação relevante orientam-se pelo Manual de Governança Corporativa.

■ PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

A FUNCEF tem participação societária relevante em dez empresas, nas quais possui assento nos conselhos administrativos e/ou fiscais.

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL TOTAL DAS EMPRESAS	SETOR DA ECONOMIA
Bahema S.A.	19,03%	Diversos *
Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil	20,00%	Turismo
Brasil Ferrovias	22,31%	Transporte
Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A.	11,13%	Transporte
Nova Ferrobán	20,00%	Transporte
CEG - Cia. Distribuidora de Gás do RJ	4,11%	Energia e gás
COTEMINAS - Cia. de Tecidos Norte de Minas	2,13%	Têxtil
Hopi Hari S.A	10,91%	Turismo
Marisol S.A.	15,22%	Têxtil
Opportunity Daleth S.A (SANEPAR)	15,38%	Saneamento

* Conjunto de ações de diversas empresas negociadas na Bolsa de Valores



Assentos nos Conselhos - A FUNCEF possui a titularidade de 14 assentos dos Conselhos Administrativos das empresas nas quais detém participação relevante, e oito nos Conselhos Fiscais.

EMPRESAS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		BLOCO DE CONTROLE
	Titular	Suplente	Titular	Suplente	
Bahema	1	1	-	-	N
Blue tree hotels	1	1	1	1	S
Brasil ferrovias	2	2	1	1	S
Ceg	-	-	1	-	N
Coteminas	1	-	-	-	N
Ferrobán	1	1	1	1	S
Ferronorte	2	2	1	1	S
Fiago*	1	-	-	-	N
Hopi hari	1	1	1	1	S
Litel*	1	-	-	-	N
Marisol	-	-	-	1	N
Novoeste	2	2	1	1	S
Opportunity daleth	-	-	1	1	N
Telemar participações*	-	-	-	1	N
Valepar*	1	1	-	-	N

* Participações via fundos de investimentos

■ PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Na carteira de Renda Variável, a Fundação mantém aplicações em fundos de investimentos Private Equity, Governance e Participação.

FUNDOS DE INVESTIMENTO		% PARTICIPAÇÃO
Private equity	Fundo Brasil Private Equity - FMIA CL	4,20%
	Fundo CVC Opportunity Equity Partners - FIA	19,42%
Governance	Fundo Dynamo Puma - FMIA CL	11,93%
	Fundo de Carteira Ativa - FIA II	59,36%
Participação	Fundo FCF - FMIA CL	8,19%

■ DEBÊNTURES

A Fundação possui debêntures da Ferronorte, Hopi Hari e Petrobrás.

■ PROCESSO DE SELEÇÃO DE GESTORES EXTERNOS

Mais da metade das aplicações da FUNCEF (51%) tem sua gestão terceirizada. Gestores e corretoras de valores criteriosamente selecionados do mercado recebem metas de rentabilidade a cumprir.

■ APLICAÇÕES EM RENDA FIXA - 31/12/2003

APLICAÇÃO	VALOR	GESTÃO	%
LTN	58.870.458,88	Própria	
LFT	1.841.006.823,93	Própria	
NTN-C	2.634.961.251,75	Própria	
Securitização	63.182.961,66	Própria	48%
LH	68.149.329,00	Própria	
LCI	51.578.007,19	Própria	
Debêntures	54.890.576,06	Própria	
FIDC	5.511.223,53	Terceirizada	
Títulos Públicos nos Fundos de Investimento	4.371.805.553,74	Terceirizada	52%
Outros Títulos nos Fundos de Investimento	719.057.077,23	Terceirizada	
Total de Renda Fixa	9.865.013.262,97		

■ INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E PRESTADORAS DE SERVIÇO

Por meio de um rigoroso processo de seleção de gestores de Renda Fixa e Renda Variável e corretoras de valores mobiliários, a FUNCEF relaciona-se com os principais administradores de valores do País. A reavaliação dos gestores é realizada pela DIFIN a cada seis meses, e aprovada pela Diretoria Executiva. No final do ano de 2003, estavam habilitados para operar com a FUNCEF os gestores abaixo:

MERCADO À VISTA	MERCADO DE DERIVATIVOS
Bradesco CTVM	Bradesco CTVM
Unibanco CVM	Unibanco CVM
BES CCVM	Bes CCVM
Itaú CV	Itaú CV
Santander BR CCVM	Santander BR CCVM
Brascan CTV	
Sudameris CCVM	
J.P. Morgan CVM	
Fator doria atherino CTVM	
Concórdia CVMCC	

■ AUDITORIAS INTERNAS E EXTERNAS

Os fundos de pensão, responsáveis pela gestão das reservas garantidoras das aposentadorias de seus associados, são entidades com elevado grau de regulação e de rotinas de controle. Na FUNCEF, os atos de gestão praticados pelos dirigentes são permanentemente auditados pela equipe de auditores internos. Seguindo metodologia adequada, por amostragem, são verificadas as conformidades das operações realizadas pelos gestores da empresa nas diversas áreas: financeira, administrativa, controladoria, benefícios, sistemas etc., encaminhando seus relatórios aos gestores e dando conhecimento aos órgãos colegiados. A Gerência de Auditoria (GEAUD) é vinculada ao Conselho Deliberativo, e seu gerente participa de todas as reuniões da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Em 2003, 127 processos foram avaliados ou revisados pela GEAUD.

A Patrocinadora CAIXA também faz auditorias de rotina na Fundação, atribuindo aos auditores do seu quadro, geralmente também associados do fundo de pensão, a tarefa de verificar a conformidade da gestão da FUNCEF. Os relatórios dessas auditorias são dirigidos ao presidente da CAIXA e ao Conselho Deliberativo da Fundação. No âmbito governamental, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social é o órgão regulador e fiscalizador dos fundos de pensão. A SPC



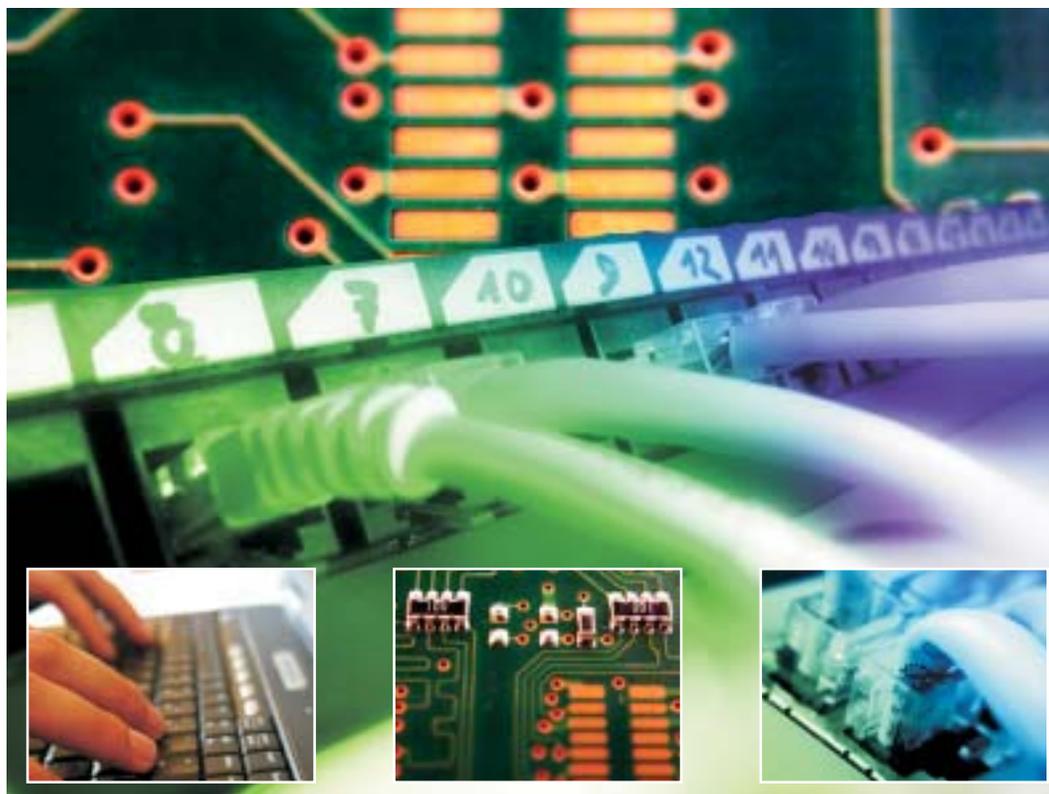
também envia seus fiscais para auditorias em operações específicas da FUNCEF - gestão dos ativos, dos planos de benefícios, dentre outros, além de receber mensalmente os dados relativos à aplicação do patrimônio, à rentabilidade e ao equilíbrio atuarial dos planos. Também é o órgão que aprova os regulamentos dos planos de benefícios e o estatuto da Fundação. Os investimentos são regulados pelo Conselho Monetário Nacional, por meio do Banco Centra, e as operações da carteira de Renda Variável são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

■ SISTEMA CORPORATIVO TOTALPREV

A necessidade de modernizar seus recursos tecnológicos levou a Fundação à adoção de um novo sistema corporativo - o TotalPrev -, em desenvolvimento há quatro anos e que tem por objetivo integrar, numa mesma base, todas as informações e os processos operacionais da Fundação (gestão de passivos, ativos, administrativa, financeira, contábil e outras). Iniciado em 1999, o projeto recebeu investimentos de R\$ 4,68 milhões até dezembro de 2003. Os ajustes decorrentes da implementação dessa nova ferramenta foi um dos elementos estruturais que mais impactou negativamente a Governança

Corporativa e a operacionalização das rotinas da FUNCEF.

Com a conclusão prevista para julho de 2004, o TotalPrev deverá contribuir significativamente para melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas pela FUNCEF, especialmente no que se refere ao atendimento ao associado, permitindo acesso mais rápido às informações e automatizando operações. A Diretoria está enviando todos os esforços para finalizar essa tarefa, tida como estratégica e prioritária para o aprimoramento estrutural da Fundação.

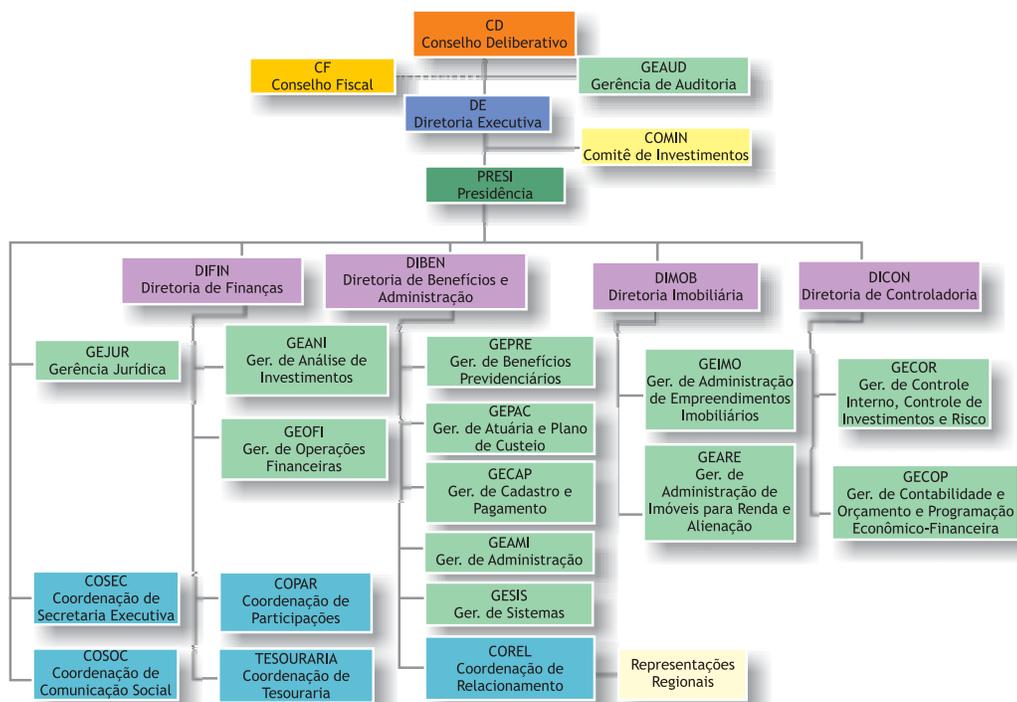


7

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A FUNCEF tem sua sede administrativa em Brasília, e também está presente em 12 estados nos quais dispõe de Representações Regionais. Sua estrutura de governança é composta por dois conselhos - Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal -, cinco Diretorias com 17 gerências e coordenações vinculadas, além de uma Gerência de Auditoria vinculada ao Conselho Deliberativo. No final de 2003, havia 269 empregados trabalhando para cumprir a missão da Instituição.



8

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO



■ CONSELHO DELIBERATIVO

É o órgão máximo de deliberação da FUNCEF, e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. A composição do Conselho Deliberativo é paritária, integrada por seis membros: três representantes eleitos pelos participantes, inclusive assistidos, e três membros indicados pela Instituidora-Patrocinadora - Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei Complementar n° 108/02. A Presidência do órgão é exercida por um dos indicados pela CAIXA e é detentora do voto de qualidade.

João Aldemir Dornelles - presidente

Wilson Risolia Rodrigues - suplente
(presidente até 31.03.2003)

Mário da Cunha Haag - presidente até
27.02.2003

Paulo Roberto Paixão Bretas - titular

Paulo Fontoura Valle - suplente
Jorge Luiz Ávila da Silva - conselheiro
titular até 14.04.2003

Tarcísio José Massote de Godoy - titular

Alexandre Parisi - suplente

Antônio Bráulio de Carvalho - titular

Francisco Erismar da Silva - suplente

José Carlos Alonso Gonçalves - titular

Francisca de Assis Araújo Silva - titular
Júlio Villas Boas Neto - conselheiro eleito,
falecido em 25.01.2003



■ CONSELHO FISCAL

É o órgão de controle interno da FUNCEF, cabendo-lhe emitir juízo sobre a adequação formal dos atos de gestão administrativos, contábeis e econômico-financeiros, com o objetivo de verificar a observância, em cada caso, da legislação e das demais normas aplicáveis à entidade. É composto por quatro conselheiros, sendo dois eleitos pelos associados e dois representantes da Instituidora-Patrocinadora Caixa. A Presidência desse colegiado cabe a um dos conselheiros eleitos, que detém o voto de qualidade, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/02.

José Miguel Correia - presidente

Marcelo Montanha da Silva - suplente

Marcos José Rodrigues Torres - titular

Isabel Pereira de Souza - titular

até 30.04.03

Marcus Antônio Tofanelli - suplente

Valquíria Xavier Delmondes - titular

até 30.04.03

Moyses Leiner - titular

Cláudio Morais Soares - suplente

Ralf Barquete Santos - titular

José Adroaldo Gonçalves - suplente

■ DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão executivo da administração da Fundação, composto por cinco membros, sendo um diretor-presidente, um diretor de Controladoria e três diretores, todos designados pelo Conselho Deliberativo.

Guilherme Narciso de Lacerda

Diretor-presidente

José Renato Corrêa de Lima

Diretor Imobiliário - desde 20.03.2003

Carlos Alberto Caser

Diretor de Controladoria

Sérgio Francisco da Silva

Diretor de Benefícios e Administração

Luiz Afonso Simoens da Silva

Diretor de Finanças

■ EX-DIRIGENTES

Edo Antônio Ferreira de Freitas - Diretor-presidente até 20.03.2003

Antônio Carlos Mariani Mansur - Diretor de Institucional e de Administração (diretor-representante) até 03.01.2003

Mario Cezar da Silva Serpa - Diretor de Finanças até 20.03.2003

Armênio Sérgio Botelho de Oliveira - Diretor de Benefícios e Administração até 26.03.2003

9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM DEZEMBRO DE 2003 E 2002
CGC 00.436.923/0001-90

Em R\$ mil

ATIVO	2003	2002	PASSIVO	2003	2002
DISPONÍVEL	2.668	3.423	EXIGÍVEL OPERACIONAL	37.942	25.296
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	15.705	7.830
REALIZÁVEL	15.296.374	9.701.319	PROGRAMA ASSISTENCIAL	95	91
PROGRAMA PREVIDENCIAL	353.896	334.020	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	7.289	5.400
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	1.447	713	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	14.853	11.975
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	14.941.031	9.366.586			
RENDA FIXA	9.865.013	4.491.945	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	539.761	461.958
RENDA VARIÁVEL	2.674.633	2.504.725	PROGRAMA PREVIDENCIAL	514.962	461.958
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.561.807	1.689.491	PROGRAMA INVESTIMENTO	24.799	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	805.336	637.034			
OUTROS REALIZÁVEIS	34.242	43.391	RESERVA TÉCNICA	11.112.380	8.910.655
			PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.112.380	8.910.655
PERMANENTE	26.935	26.398	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.350.207	4.262.726
IMOBILIZADO	20.161	21.033	BENEFÍCIOS A CONCEDER	5.762.973	4.648.673
DIFERIDO	6.774	5.365	(-) PROV. MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(800)	(744)
			RESERVAS E FUNDOS	3.635.894	333.231
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	316.329	243.292
			RESULTADOS REALIZADOS	316.329	243.292
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	316.329	243.292
			FUNDOS	3.319.565	89.939
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	3.249.580	31.038
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	10.626	8.303
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	59.359	50.598
TOTAL DO ATIVO	15.325.977	9.731.140	TOTAL DO PASSIVO	15.325.977	9.731.140

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.

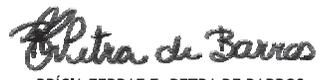

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78


LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 025.215.717-68


SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIO
CPF: 037.302.708-77


JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 225.992.151-53


CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04


BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
COORDENADORA DE CONTABILIDADE
CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF



FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 2003 E 2002
 CGC 00.436.923/0001-90

Em R\$ mil

CONTAS		2003	2002
PROGRAMA PREVIDENCIAL			
(+)	RECURSOS COLETADOS	5.007.934	372.170
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(1.903.077)	(359.786)
(-/+)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGENCIAS	(51.148)	(327.199)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(21.790)	(17.186)
(-/+)	RECURSOS ORIUNDOS DO PROG. ADMINISTRATIVO	0	180
(-/+)	RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	2.461.385	1.481.297
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES ATUARIAIS	(2.201.725)	(775.488)
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(3.218.542)	(30.465)
(=)	SUPERAVIT/DEFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	73.037	343.523
PROGRAMA ASSISTENCIAL			
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(101)	(50)
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(12)	0
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	2.436	797
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	2.323	747
PROGRAMA ADMINISTRATIVO			
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	41.510	32.007
(+)	RECEITAS	820	4.309
(-)	DESPESAS	(41.867)	(36.657)
(-)	RECURSOS TRANSF P/ OS PROG. PREVIDENCIAL/ASSISTENCIAL	0	(180)
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	8.298	3.279
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	8.761	2.758
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS			
(+/-)	RENDA FIXA	1.781.013	701.870
(+/-)	RENDA VARIÁVEL	617.400	333.348
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	17.736	322.176
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	134.009	108.560
(+/-)	RELACIONADOS COM O DISPONIVEL	0	(1)
(+/-)	RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(36.639)	(19.015)
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS	1.311	53.256
(-/+)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(22.993)	0
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(19.719)	(14.821)
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(2.472.118)	(1.485.373)
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	0	0

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/0-3T-D8

FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais
 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO FINANCEIRO EM 2003 E 2002
 CGC 00.436.923/0001-90

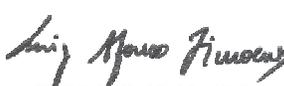
Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO		2003	2002
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	3.094.712	(72.354)
(+)	Entradas	5.009.790	589.156
(+)	Recursos Coletados	5.007.934	372.169
(-)	Recursos a Receber	-	216.694
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	1.856	293
(-)	Saídas	(1.915.078)	(661.510)
(-)	Recursos Utilizados	(1.903.076)	(359.787)
(+)	Utilizações a Pagar	3.971	3.424
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(15.973)	(305.147)
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL	(109)	35
(-)	Saídas	(109)	35
(-)	Recursos Utilizados	(101)	(50)
(+)	Utilizações a Pagar	4	85
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(12)	-
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(40.428)	(44.969)
(+)	Entradas	2.744	5.002
(+)	Receitas	820	4.309
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	1.924	693
(-)	Saídas	(43.172)	(49.971)
(-)	Despesas	(41.866)	(36.658)
(+)	Despesas a Pagar	(729)	(3.862)
(-)	Despesas Futuras	(40)	5
(-)	Permanente	(537)	(9.456)
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(3.054.930)	120.277
(+/-)	Renda Fixa	(3.591.973)	205.695
(+/-)	Renda Variável	447.520	70.039
(+/-)	Investimentos Imobiliários	146.267	160.194
(+/-)	Operações com Participantes	(33.096)	146.123
(+/-)	Relacionados com o Disponível	-	(1)
(+/-)	Relacionados com Tributos	(35.914)	(471.639)
(+/-)	Outros Investimentos	10.460	9.866
(+/-)	Constituições/Reversões de Contingências	1.806	-
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(755)	2.989
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(755)	2.989
(-)	DISPONÍVEL INICIAL	3.423	434
(+)	DISPONÍVEL FINAL	2.668	3.423

(*) Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC n° 5 alterada pela n° 10 de 05/07/02.

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF



FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais
 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS
 DE NATUREZA PREVIDENCIAL

REG/REPLAN

Em R\$

Demonstração Patrimonial					
ATIVO	DEZ/03	DEZ/02	PASSIVO	DEZ/03	DEZ/02
ATIVO	14.703.585.820,72	9.702.157.344,39	PASSIVO	14.703.585.820,72	9.702.157.344,39
DISPONÍVEL	2.667.205,09	3.422.902,65	CONTAS A PAGAR	36.902.317,37	25.059.462,28
CONTAS A RECEBER	353.336.187,71	334.702.718,32	VALORES EM LITÍGIO	539.761.444,08	461.958.222,75
APLICAÇÕES	14.320.647.805,51	9.337.633.527,37	COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	10.584.960.072,33	8.892.051.360,85
Renda Fixa	9.251.245.502,61	4.463.081.933,63	FUNDOS	3.298.531.303,64	79.657.615,21
Renda Variável	2.674.632.733,97	2.504.724.956,15	EQUILÍBRIO TÉCNICO	243.430.683,30	243.430.683,30
Imóveis	1.561.807.264,00	1.689.491.283,80	Resultados Realizados	243.430.683,30	243.430.683,30
Empréstimos/Financiamentos	798.720.147,66	636.944.330,29	Superávit Técnico Acumulado	243.430.683,30	243.430.683,30
Outras	34.242.157,27	43.391.023,50	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	26.934.622,41	26.398.196,05			

Demonstração de Resultados		
DESCRIÇÃO	DEZ/03	DEZ/02
(+) CONTRIBUIÇÕES	4.426.778.821,69	364.671.263,41
(-) BENEFÍCIOS	(1.828.302.361,14)	(358.876.431,62)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	2.428.400.724,26	1.497.877.948,09
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	5.026.877.184,81	1.503.672.779,88
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(40.953.828,33)	(31.640.138,83)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(74.140.956,57)	(327.198.783,87)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.692.908.711,48)	(768.461.541,68)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(3.218.873.688,43)	(32.710.265,12)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	343.662.050,38

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

	exercício atual	exercício anterior
• Rentabilidade Contábil dos Investimentos:		
no mês	1,32%	4,61%
no ano	21,55%	19,60%

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

- Plano de Benefício Definido com custo administrativo de 8% do custo total.
- Os custos administrativos diretos são registrados no plano e os indiretos são proporcionalizados ao total da administração dos recursos dos planos.

	exercício atual	exercício anterior
• Transferência custeio previdencial		
no mês	4.709.426,56	1.395.961,91
no ano	20.321.485,19	16.488.967,08
• Transferência custeio investimentos		
no mês	458.452,42	1.283.420,03
no ano	19.703.545,44	14.819.130,69
• Resultado de investimentos administrativo		
no mês	452.666,06	1.186.919,18
no ano	8.023.055,90	3.190.773,42
• Resultado Operacional Administrativo		
no mês	(1.825.683,68)	(584.241,18)
no ano	(40.953.828,33)	(31.640.138,83)

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF

FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais
 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS
 DE NATUREZA PREVIDENCIAL

REB

Em R\$

Demonstração Patrimonial					
ATIVO	DEZ/03	DEZ/02	PASSIVO	DEZ/03	DEZ/02
ATIVO	611.664.086,84	20.579.537,77	PASSIVO	611.664.086,84	20.579.537,77
DISPONÍVEL	720,62	0,00	CONTAS A PAGAR	937.320,14	136.114,04
CONTAS A RECEBER	2.006.870,83	30.322,85	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	609.656.495,39	20.549.214,92	COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	527.420.044,97	18.603.822,25
Renda Fixa	603.041.320,38	20.459.830,56	FUNDOS	10.408.518,29	1.978.451,57
Empréstimos	6.615.175,01	89.384,36	EQUILÍBRIO TÉCNICO	72.898.203,44	(138.850,09)
			Resultado Realizados	72.898.203,44	(138.850,09)
			Superavit Técnico Acumulado	72.898.203,44	0,00
			(-)Déficit Técnico Acumulado	0,00	(138.850,09)

Demonstração de Resultados		
DESCRIÇÃO	DEZ/03	DEZ/02
(+) CONTRIBUIÇÕES	581.155.447,77	7.498.570,35
(-) BENEFÍCIOS	(74.774.147,47)	(909.929,34)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	83.995.041,43	1.519.815,52
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	590.376.341,73	8.108.456,53
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(92.998,76)	(707.951,13)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(508.816.222,72)	(7.026.862,17)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(8.430.066,72)	(512.493,32)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	73.037.053,53	(138.850,09)

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

• Rentabilidade Contábil dos Investimentos:	exercício atual	exercício anterior
no mês	1,92%	1,48%
no ano	29,02%	9,40%

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

- Plano de Contribuição Definida com custo administrativo de 15% do custo total.
- Os custos administrativos diretos são registrados no plano e os indiretos são proporcionalizados ao total da administração dos recursos dos planos.

	exercício atual	exercício anterior
• Transferência custeio previdencial		
no mês	172.275,11	696.561,20
no ano	1.468.836,18	696.561,20
• Transferência custeio investimentos		
no mês	157,73	22,64
no ano	15.837,88	2.593,72
• Resultado de investimentos administrativos		
no mês	27.479,54	13.709,63
no ano	275.635,79	87.985,12
• A despesa administrativa		
no mês	(9.868,55)	(4.281,35)
no ano	(92.998,76)	(707.951,13)

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/0-3T-DF



FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais
 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS
 DE NATUREZA ASSISTENCIAL

AUXÍLIO PECÚLIO

Em R\$

Demonstração Patrimonial					
ATIVO	DEZ/03	DEZ/02	PASSIVO	DEZ/03	DEZ/02
ATIVO	545.504,05	445.870,20	PASSIVO	545.504,05	445.870,20
DISPONIVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	318,81	478,20
CONTAS A RECEBER	37,38		VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	545.466,67	445.870,20	FUNDOS	545.185,24	445.392,00
Renda Fixa	545.466,67	445.870,20			

Demonstração de Resultados		
DESCRIÇÃO	DEZ/03	DEZ/02
(-) BENEFÍCIOS	(4.122,73)	(4.406,39)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	103.915,97	55.250,13
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	99.793,24	50.843,74
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	99.793,24	50.843,74

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:	COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:						
Rentabilidade Contábil dos Investimentos: <table border="0"> <tr> <td>exercício atual</td> <td>exercício anterior</td> </tr> <tr> <td>no mês 1,27%</td> <td>1,87%</td> </tr> <tr> <td>no ano 23,40%</td> <td>13,32%</td> </tr> </table>	exercício atual	exercício anterior	no mês 1,27%	1,87%	no ano 23,40%	13,32%	<ul style="list-style-type: none"> - Plano sem Custeio Administrativo; - Plano em fase de extinção.
exercício atual	exercício anterior						
no mês 1,27%	1,87%						
no ano 23,40%	13,32%						

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF

FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais
 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS
 DE NATUREZA PREVIDENCIAL

CLUBE IMOBILIÁRIO

Em R\$

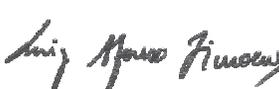
Demonstração Patrimonial					
ATIVO	DEZ/03	DEZ/02	PASSIVO	DEZ/03	DEZ/02
ATIVO	10.181.597,63	7.957.099,35	PASSIVO	10.181.597,63	7.957.099,35
CONTAS A RECEBER	624,32	0,00	CONTAS A PAGAR	101.076,83	99.476,32
APLICAÇÕES	10.180.973,31	7.957.099,35	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
Renda Fixa	10.180.973,31	7.957.099,35	FUNDOS	10.080.520,80	7.857.623,03

Demonstração de Resultados		
DESCRIÇÃO	DEZ/03	DEZ/02
(-) BENEFÍCIOS	(96.521,88)	(45.228,84)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	2.331.127,92	741.595,50
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.234.606,04	696.366,66
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(11.708,27)	0,00
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	2.222.897,77	696.366,66

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:			COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:		
Rentabilidade Contábil dos Investimentos:	exercício atual	exercício anterior	- Plano sem custeio administrativo - Plano em fase de extinção.		
no mês	1,35%	1,646%			
no ano	29,48%	9,80%			

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


 GUILHERME NARCISO DE LACERDA
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 142.475.006-78


 LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
 DIRETOR DE FINANÇAS
 CPF: 025.215.717-68


 SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
 DIRETOR DE BENEFÍCIO
 CPF: 037.302.708-77


 JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
 DIRETOR IMOBILIÁRIO
 CPF: 225.992.151-53


 CARLOS ALBERTO CASER
 DIRETOR DE CONTROLADORIA
 CPF: 620.985.947-04


 BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
 COORDENADORA DE CONTABILIDADE
 CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 31 de dezembro de 2003 e de 2002

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação dos Economizadores Federais - FUNCEF, patrocinada pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e por si mesma, é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1977, de acordo com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O objetivo principal da FUNCEF é a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, a saber:

- a) complementação dos proventos da aposentadoria de seus participantes;
- b) pensões deferidas a beneficiários de participantes falecidos;
- c) abono anual natalino (13º salário); e
- d) auxílio funeral.

A FUNCEF, atualmente, administra os planos REG/REPLAN, de benefício definido e o REB, plano de contribuição definida para os eventos programáveis e de plano de benefícios definidos para os eventos de morte e invalidez permanente. Por ocasião do acordo firmado entre a CAIXA e a FUNCEF, com vistas à liquidação do contrato da dívida existente entre as partes, foi estabelecido que a FUNCEF, promovesse

as alterações em seus planos de benefícios REG/REPLAN e REB, para contemplar as adequações previstas na Lei Complementar nº 109/01 (caracterização da responsabilidade da CAIXA, como patrocinadora, implantação dos institutos da portabilidade, benefício proporcional diferido e resgate), bem como as relativas à retirada do limite de idade e da exigência da concessão do benefício pelo INSS, constantes do referido contrato de pagamento da dívida.

Em 21 de novembro de 2003, foi entregue à Direção da CAIXA e da FUNCEF proposta de regulamento de novo plano de benefícios, elaborada por Grupo de Trabalho tripartite, composto por representantes dos participantes da CAIXA e da FUNCEF.

Em 31 de dezembro de 2003, o novo plano estava em exame nos órgãos deliberativos da CAIXA e da FUNCEF, para posterior remessa às demais instâncias de deliberação: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, Ministério da Fazenda e, por último, na Secretaria de Previdência Complementar.

Para fazer face à implementação do novo plano e adequação nos planos de benefícios existentes, seguindo orientação atuarial, a Fundação constituiu um fundo previdencial, que em 31 de dezembro de 2003 perfaz R\$ 3,2 bilhões.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em consonância com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002.

Tais diretrizes, que não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo apresentam como principal característica, a segregação dos registros contábeis em quatro programas distintos, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programas-fim (Previdencial e Assistencial) e programas-meio (Administrativo e de Investimentos). O fluxo de recursos nas contas de resultados, envolvendo cobranças e repasses entre os programas, é efetuado por meio das contas de Transferências Interprogramas.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado em observância ao princípio de competência. As contribuições de autofinanciados, vinculados ao plano de benefício do tipo contribuição definida, foram escrituradas com base no Regime de Caixa.

b. Programa de Investimentos

Títulos e Valores Mobiliários - Renda Fixa

Por meio da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar estabeleceu novos critérios para o registro e a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários vigentes a partir de janeiro de 2002. Esse normativo introduziu o conceito de "ajuste a valor de mercado", que consiste em avaliar o ativo ao preço de mercado.

A classificação e a avaliação dos títulos e valores mobiliários ficaram assim definidas:

- Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período. Até a introdução do mencionado normativo, o critério adotado para avaliação dos títulos e valores mobiliários era o de utilizar como base de avaliação o menor valor entre o valor de custo atualizado e o valor de mercado, independentemente da intenção da administração da Entidade em operar com um determinado título.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos de renda fixa estão avaliadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos, na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários - Renda Variável

As ações de companhias abertas estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de

mercado, com base na cotação média, na data mais próxima do encerramento do exercício, na Bolsa de Valores em que ocorreu maior volume de negócios. Caso as ações não tenham sido negociadas nos últimos seis meses, são registradas pelo valor de custo ou patrimonial, dos dois o menor. (Vide Nota 6).

As bonificações por distribuição de ações, por aumento de valor nominal ou por outros direitos, os dividendos de ações e juros sobre o capital próprio são reconhecidos, contabilmente, a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos de renda variável estão avaliadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos, na data do balanço.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os contratos de derivativos são utilizados de forma combinada, cujas operações são conhecidas como "estruturadas", no âmbito do mercado financeiro. São constituídas para atenderem aos interesses mais complexos de proteção contra riscos inerentes a ativos ou passivos da FUNCEF.

É vedado pela Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, operar neste mercado a descoberto, sendo assim foram indicadas ações da carteira própria da FUNCEF para cobertura das operações. Essas operações são atualizadas com base na cotação média das ações-objeto divulgada no dia da última negociação registrada em Bolsa de Valores, em que tenha havido maior volume de negócios, limitada aos rendimentos *pro rata* das taxas do Ibovespa pactuadas até a data do balanço. Tais operações necessitam de depósito de garantia junto àquela Bolsa (Vide nota 7).

Investimentos Imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição ou construção, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação, exceto a parte relativa ao terreno, é calculada pela taxa linear de 2% a.a., a partir do mês de aquisição ou conclusão da construção do imóvel, ou pela vida útil estimada em laudos técnicos de avaliação, não excedendo



50 anos. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear pela taxa de 10% a.a.. A cada três anos, os investimentos são submetidos à reavaliação, feita por empresas habilitadas, sendo os resultados positivos ou negativos reconhecidos no resultado do exercício em contas específicas de renda ou dedução do Programa de Investimentos.

Não houve reavaliação da carteira imobiliária da FUNCEF em 2003. A última reavaliação realizada, em toda carteira,

por empresas especializadas, foi no exercício de 2002. Para determinação dos valores dos bens avaliados foram utilizados os métodos da Renda, Comparativo de Dados de Mercado e Reprodução dos Custos. Em todos buscou-se atingir o nível de precisão "Avaliação Rigorosa", segundo a NBR 5676/90 - Norma Brasileira para Avaliações de Imóveis Urbanos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O resultado da reavaliação, em 2002, pode ser assim demonstrado:

Em R\$ mil

	VALOR REAVALIADO	VALOR RESIDUAL	RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	%
Terrenos	19.788	20.531	(743)	(3,62)
Imóveis Edificados	1.292.374	1.133.548	158.826	14,01
Shopping Center	381.337	309.929	71.408	23,04
Locados a Terceiros	326.990	263.155	63.835	24,26
Complexo Hoteleiro	271.481	303.251	(31.770)	(10,48)
Imóveis em Construção	154.900	137.102	17.798	12,98
Locados a Patrocinadora	97.122	80.156	16.966	21,17
Complexo de Entretenimento	60.544	39.955	20.589	51,53
TOTAL	1.312.162	1.154.079	158.083	13,70

Os valores registrados a receber a título de aluguéis e de alienação foram atualizados pelos índices contratados, e os valores inadimplentes tiveram incorporado aos seus saldos os índices de mora e juros, procedimento não adotado para o exercício de 2002, sendo esses valores considerados na base de cálculo da provisão de liquidação duvidosa.

As aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário estão avaliadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos na data do balanço.

Operações com Participantes

Refere-se aos empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e são demonstrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações, acrescidas de atualização

monetária e juros contratuais.

c. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A FUNCEF revisa as estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano.

Na constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa são observados os critérios estabelecidos na Resolução CGPC nº 05/02, bem como avaliações da administração quanto ao risco provável de perda dos ativos.

d. Permanente

O Ativo Permanente contempla os bens imobilizados que são utilizados no desempenho da atividade social e em gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados, os quais se encontram registrados pelos seus custos de aquisição, corrigidos de acordo com a legislação vigente, até 31 de dezembro de 1995, e depreciados/amortizados pelo método linear.

e. Exigível Atuarial

As provisões são determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratados pela FUNCEF, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e provisões matemáticas a constituir. Essas provisões foram reavaliadas com base no banco de dados de 30 de setembro de 2003, atualizadas atuarialmente para 31 de dezembro de 2003 e considerou-se:

• Benefícios Concedidos

Valor presente dos benefícios futuros (já concedidos), líquido das futuras contribuições, a serem pagos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

• Benefícios a Conceder

Valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido das futuras contribuições.

• Provisões Matemáticas a Constituir (-)

Valor presente das contribuições especiais futuras, já vigentes no mês da avaliação atuarial.

Admitiram-se as seguintes hipóteses para realização do cálculo das Provisões Matemáticas para 2003 e 2002: atualização com taxa de juros de 6% a.a., variação do INPC como indicador econômico, projeção de crescimento real de salários dos participantes ativos, de 1,5% a.a. e projeção de crescimento real de benefícios do plano de 1% a.a. (para o REG/REPLAN), em razão da vinculação do reajuste dos benefícios do plano à política salarial da patrocinadora - instituidora, adotando-se o fator de

capacidade salarial, benefícios do plano e do INSS de 98%, refletindo o nível de inflação vigente no País.

O método de financiamento adotado para cálculo das aposentadorias, pensões e resgate de contribuição, nos planos de benefícios REB e REG/REPLAN, e o pecúlio por morte, no plano de benefício REB, corresponde ao Crédito Unitário Projetado, sendo o regime financeiro adotado o de capitalização; exceto para o auxílio-funeral, benefício este concedido no REG/REPLAN, que utiliza o regime de repartição simples.

f. Fundos

Os Fundos do Programa Previdencial, previstos no plano de benefício REB 1998, são:

- Fundo de Benefício de Risco: destina-se à garantia dos benefícios de risco (morte e invalidez), sendo constituído com recursos das contribuições da patrocinadora para cobertura desses benefícios; e

- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura (cobertura de benefícios concedidos): constituído das sobras do saldo da subconta da patrocinadora decorrente de pagamento de resgate, de acordo com o artigo 32 do regulamento do plano de benefício REB, instituído em agosto de 1998.

Os Fundos do Programa Previdencial, previstos no plano de benefício REB 2002, são:

- Fundo de Benefício de Risco: destina-se à garantia dos Benefícios de Risco (morte e invalidez), sendo constituído com recursos das contribuições, apuradas atuarialmente, dos participantes e patrocinadora, destinado a complementar as Provisões Matemáticas dos benefícios de risco; e

- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura (cobertura de benefícios concedidos): constituído das sobras do saldo da subconta da patrocinadora decorrente de pagamento de resgate, compondo assim o patrimônio garantidor das provisões matemáticas dos benefícios concedidos, de acordo com os artigos 29 e 31 do regulamento do plano de benefício REB, com vigência a partir de 2 de fevereiro de 2002.

No REG/REPLAN, o Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura é constituído da parcela do saldo de conta, formada pelas contribuições da patrocinadora revertidas



quando do resgate dos participantes que optaram por migrar do REG/REPLAN para o REB no período entre fevereiro de 2002 a julho de 2002.

O Fundo Previdencial para ajuste de planos foi constituído, no REG/REPLAN, com o pagamento decorrente da quitação da dívida existente entre a Caixa Econômica Federal e a FUNCEF. Esse fundo será destinado à realização de ajustes dos planos em razão da disposição da Lei Complementar nº 109/01 e do acordo celebrado entre a CAIXA e a FUNCEF para quitação da dívida.

A contabilização do Fundo Assistencial decorre da apuração de resultados positivos entre as receitas e despesas do seu Programa.

No que se refere ao Fundo do Programa Administrativo, a constituição ocorrida deveu-se à apuração de resultado positivo entre as receitas e despesas do Programa, considerando o resultado de investimentos administrativos.

g. Transferências Interprogramas

São utilizadas para identificação da movimentação de recursos entre os programas, por meio de transferências de recursos, de cobranças e repasses, entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas. Os registros efetuados por transferências interprogramas, relativas a cada um dos programas, constantes da demonstração de resultado, foram:

• Programa Previdencial

Debitado pela transferência para o programa administrativo, dos recursos relativos à sobrecarga administrativa (custeio administrativo), conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial, para cobertura das despesas administrativas.

Creditado pela transferência do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado líquido dos investimentos.

• Programa Administrativo

Debitado pelo Programa de Investimentos relativo à cobertura de eventual resultado, negativo, dos investimentos, dada a aplicação de recursos do Fundo Administrativo no Programa de Investimentos.

Creditado pela transferência do programa previdencial, dos recursos oriundos da sobrecarga administrativa (custeio administrativo), para cobertura de despesas administrativas

incorridas, conforme previsto no regulamento e avaliação atuarial, pela transferência do Programa de Investimentos, dos recursos necessários para cobertura das despesas administrativas deste e pelo resultado, positivo, dos investimentos, dada a aplicação de recursos do Fundo Administrativo no Programa de Investimentos.

• Programa de Investimentos

Debitado pela transferência para os demais programas, relativo ao resultado positivo dos investimentos e, ainda, para o programa administrativo pelo valor correspondente à cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

Creditado pela transferência de recursos oriundos dos demais programas, para cobertura de eventual resultado negativo dos investimentos.

h. Custeio Administrativo

O custeio administrativo da FUNCEF engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual definido pelo atuário. Foram utilizadas as taxas de 8% (8% em 2002) para o REG/REPLAN e 15% (15% em 2002) para o REB, sobre as contribuições previdenciais.

As despesas administrativas dos investimentos são cobertas, integralmente, pelo programa de investimentos. As taxas de custeio administrativo dos planos de benefícios serão objeto de reavaliação no exercício de 2004.

i. Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas, quando relacionadas a um determinado plano de benefício, são custeadas por estes. As despesas comuns são pagas pelo plano de benefício de maior patrimônio.

Todas as despesas que são identificáveis aos programas previdencial e de investimentos são registradas nestes e as demais são rateadas na proporção dos gastos alocados diretamente aos programas previdencial e de investimentos.

j. Imposto de Renda e PIS/COFINS

Ao longo do exercício de 2003 a FUNCEF manteve a opção pelo Regime Especial de Tributação - RET, sendo tributado à alíquota de 20%, o resultado positivo apurado em cada trimestre-calendário, dos rendimentos e ganhos

auferidos nas aplicações dos recursos garantidores das provisões, reservas técnicas e fundos, limitado a 12% sobre o valor das contribuições normais das patrocinadoras.

O PIS e a COFINS são calculados com as alíquotas de 0,65% e 4% (3% até agosto de 2003), respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta da FUNCEF,

excluídos os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgate, limitada aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição das reservas técnicas).

4. PROGRAMA PREVIDENCIAL - ATIVO

Descrição	Em R\$ mil	
	2003	2002
OUTROS REALIZÁVEIS - COM ASSISTIDOS	29.881	35.860
INSS a receber (*)	40.617	32.696
(-) Provisão para perda (**)	(11.723)	-
Adiantamento a participantes	987	2.868
IR s/ folha de participantes	-	296
ENTIDADES CONVENIENTES	3	5
RECURSOS - MIGRAÇÃO DE PLANO (***)	324.012	298.155
Renda antecipada de migração	258.236	247.278
Adiantamento de resgate de migração	91.921	77.782
Pecúlio especial de migração	159.781	156.418
Contribuição extraordinária da patrocinadora	(185.926)	(183.323)
TOTAL	353.896	334.020

(*) Refere-se aos valores de benefícios antecipados pela FUNCEF aos participantes (dia 20 de cada mês) e que são ressarcidos pelo INSS (5º dia útil do mês subsequente).

(**) Em dezembro de 2003 registrou-se a provisão para perda no montante de R\$11.723 mil, equivalente a benefícios adiantados aos participantes e ainda não ressarcidos pelo INSS. Essa diferença veio se acumulando desde maio 1996.

(***) Em decorrência das ações que impediram a continuação da migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, vetando sua conclusão temporariamente, todos os valores relativos às antecipações de benefícios decorrentes dos participantes que aderiram até a eficácia das liminares, foram registradas como adiantamento (Vide nota 13 b).



5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA

Composição das Aplicações:

Descrição	Em R\$ mil	
	2003	2002
Títulos Públicos	4.594.021	1.416.158
Notas do Tesouro Nacional - Série C	2.634.961	739.063
Letras do Tesouro Nacional	54.870	329.886
Letras Financeiras do Tesouro	1.841.007	292.431
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	63.183	54.778
Títulos Privados	5.270.992	3.075.787
Fundo de Aplicação em Cotas FIF (*)	5.090.863	2.906.459
Letras Hipotecárias	68.149	61.385
Debêntures	54.891	61.236
Valor atualizado	142.571	133.769
(-) Provisão para perda (**)	(87.680)	(72.533)
Letras Imobiliárias	51.578	46.707
Fundo de Investimento Financeiro	5.511	-
TOTAL	9.865.013	4.491.945

(*) Os recursos aplicados no BBA Conta de Depósito Fundo de Aplicação em Quotas de Fundos de Investimentos no montante de R\$423.206 mil (R\$342.350 mil, em 2002) estão vinculados à operação de venda da participação da FUNCEF na Caixa Seguros, ex-SASSE (Vide nota 13 d).

(**) Em 2003, registrou-se a provisão para perda das debêntures do Hopi Hari, adquiridas ao longo do exercício de 1997, no valor de R\$15.147 mil, de acordo com as premissas mencionadas na nota 3 c.

Composição dos Títulos e Valores Mobiliários por tipo de classificação e vencimentos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados segundo a intenção de negociação da FUNCEF e considerando-se, ainda, a sua capacidade financeira e seus compromissos previdenciários.

Em R\$ mil

TÍTULOS	Custo aquisição	Valor contábil	Sem Vencimento	Até 1 ano	Vencimento De 1 a 5 anos	Vencimento De 5 a 10 anos	Vencimento Acima de 10 anos
PARA NEGOCIAÇÃO	3.859.631	9.627.212	5.096.374	669.128	2.428.019	177.862	1.255.829
Públicos Federais	3.854.206	4.530.838	-	669.128	2.428.019	177.862	1.255.829
LFT	1.649.349	1.841.007	-	614.258	1.226.749	-	-
LTN	40.647	54.870	-	54.870	-	-	-
NTN	2.164.210	2.634.961	-	-	1.201.270	177.862	1.255.829
Privados	5.425	5.096.374	5.096.374	-	-	-	-
Cotas de Fundos - FAQs	-	5.090.863	5.090.863	-	-	-	-
Cotas de Fundos - FIFs	5.425	5.511	5.511	-	-	-	-
MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	213.799	237.801	-	67.306	112.930	57.565	-
Públicos Federais	10.569	63.183	-	63.183	-	-	-
Créditos Securitizados	10.569	63.183	-	63.183	-	-	-
Privados	203.230	174.618	-	4.123	112.930	57.565	-
Letras de Crédito Imobiliários	40.036	51.578	-	4.123	31.824	15.631	-
Letras Hipotecárias	44.950	68.149	-	-	68.149	-	-
Debêntures	118.244	54.891	-	-	12.957	41.934	-
TOTAL	4.073.430	9.865.013	5.096.374	736.434	2.540.949	235.427	1.255.829

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

As metodologias adotadas para apuração do valor de mercado dos títulos visam a atualizar os ativos da FUNCEF por uma estimativa mais próxima possível dos valores efetivamente praticados pelo mercado financeiro.

É utilizado o método de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros, com taxas de cotações divulgadas pela ANDIMA, BMF, CETIP, FGV e IBGE, para garantir a transparência das fontes adotadas.



6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - RENDA VARIÁVEL

Composição das Aplicações:

Descrição	Em R\$ mil	
	2003	2002
Cotas de Fundo de Inv. em Ações (*)	1.908.734	1.650.812
Ações - mercado à vista (**)	293.022	735.498
Opções Flexíveis (Vide nota 7)	472.877	-
Debêntures	-	38.022
Valor atualizado	54.723	54.723
(-) Provisões para perda (***)	(54.723)	(16.701)
Bônus de Subscrição de Ações (Vide nota 13 c)	-	80.393
TOTAL	2.674.633	2.504.725

(*) Conforme estabelecido na Instrução Normativa CVM nº 340, o fundo de investimentos em ações Carteira Ativa II, cujo valor de participação da FUNCEF, em 31 de dezembro de 2003 é de R\$ 773.179 mil (R\$ 761.073 mil, em 2002), tem como critério de avaliação de seus ativos a avaliação econômica. Ressalta-se que a última avaliação ocorreu em 11 de junho de 2002.

(**) Conforme mencionado na nota 3 b, as ações Litel Part S.A. e Opportunity Daleth estão avaliadas pelo custo de aquisição e as ações Blue Tree, Brasil Ferrovias, Embratel, Ferroban, Gazeta Mercantil, Hopi Hari, Invitel, Lorenz, Nova Ferroban S.A. e Telpart estão avaliadas pelo valor patrimonial.

(***) Registrou-se, no exercício 2003, a provisão para perda no montante de R\$ 38.808 mil, referente ao valor residual das Debêntures de Serra Azul, adquiridas nos exercícios de 1996, 1997 e 1998, de acordo com as premissas mencionadas na nota 3 c.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Com o objetivo de atender a interesses mais complexos de proteção contra riscos inerentes a ativos da Fundação, realizou-se no exercício de 2003 operações estruturadas envolvendo opções flexíveis de índice IBOVESPA. Essas operações são atualizadas conforme descrito na nota 3 b, cujos valores em 31 de dezembro de 2003 estão demonstrados a seguir:

Tipo de Operação	Data do Vencimento	Contratos atualizados em 31.12.03	Em R\$ mil	
			Valor atualizado Ações-objeto	Ganhos/(Perdas) não realizados
Venda de Opção de Compra	16/06/04	472.877	641.312	(168.435)
Compra de Opção de Venda	16/06/04	399.953	-	-



A margem dada em garantia para essas operações está representada por Notas do Tesouro Nacional - Série C (NTN-C) no valor de R\$ 303.139 mil.

O resultado destas operações registrado na rubrica Renda Variável, no Programa de Investimentos totalizam R\$ 30.557 mil no exercício.

8. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Em R\$ mil				
Exercício 2003				
	Custo Atualizado (*)	Provisão Inadimplência	Provisão para Perda	Valor Líquido
Terrenos	18.784	(607)	-	18.177
Imóveis em Construção	153.380	-	(31.157)	122.223
Locados a Patrocinadora	109.243	(10.276)	-	98.967
Locados a Terceiros	327.726	(13.232)	-	314.494
Shopping Center	374.688	-	-	374.688
Complexo Hoteleiro	264.271	(2.675)	-	261.596
Complexo de Entretenimento	57.221	-	(42.406)	14.815
Direitos em alienações	81.828	(53.571)	-	28.257
Fundo de Investimento Imobiliário	328.590	-	-	328.590
TOTAL	1.715.731	(80.361)	(73.563)	1.561.807

(*) Valores líquidos de depreciação, exceto terrenos, incluindo os aluguéis a receber.



Em R\$ mil

Exercício 2002

	Custo Atualizado (*)	Provisão Inadimplência	Provisão para Perda	Valor Líquido
Terrenos	19.980	(179)	-	19.801
Imóveis em Construção	154.900	-	(4.241)	150.659
Locados à Patrocinadora	101.246	(2.428)	-	98.818
Locados a Terceiros	332.096	(2.675)	-	329.421
Shopping Center	381.414	-	-	381.414
Complexo Hoteleiro	271.766	-	-	271.766
Complexo de Entretenimento	60.544	-	-	60.544
Direitos em alienações	58.453	(24.059)	-	34.394
Fundo de Investimento Imobiliário	342.674	-	-	342.674
TOTAL	1.723.073	(29.341)	(4.241)	1.689.491

(*) Valores líquidos de depreciação, exceto terrenos, incluindo os aluguéis a receber.

É política da FUNCEF manter cobertura de seguros para os investimentos sujeitos a riscos, em montantes considerados suficientes.

As principais provisões para perdas constituídas no exercício de 2003 referem-se aos seguintes investimentos:

- Imóvel em Construção: parte do valor da construção do empreendimento Global Shopping, adquirido em 17 de fevereiro de 1997, no montante de R\$ 26.916 mil, considerada de difícil recuperação.
- Complexo de Entretenimento: os parques aquáticos *Wet'n Wild* das cidades do Rio de Janeiro, adquirido em 5 de abril de 1995, e Salvador, adquirido em 19 de julho de 1996, no montante de R\$ 37.210 mil e R\$ 5.196 mil, respectivamente, totalizando R\$ 42.406 mil.

Composição da provisão para perdas de aluguéis e alienações, por faixa de atraso:

PROVISÕES PARA PERDAS - 2003

Em R\$ mil

		Aluguéis					
Dias em atraso	%	Alienações	Terrenos	Locados a Patrocinadora	Locados a Terceiros	Complexo Hoteleiro	TOTAL
61-120	25	30	4	-	42	-	76
121-240	50	103	-	-	93	-	225
241-360	75	430	-	75	481	1.114	2.100
> 360	100	53.008	603	10.172	12.616	1.561	77.960
Total		53.571	607	10.276	13.232	2.675	80.361

PROVISÕES PARA PERDAS - 2002

Em R\$ mil

Aluguéis							
Dias em atraso	%	Alienações	Terrenos	Locados a Patrocinadora	Locados a Terceiros	Complexo Hoteleiro	TOTAL
61-120	25	55	-	59	204	-	318
121-240	50	135	-	-	210	-	345
241-360	75	162	-	196	823	-	1.181
> 360	100	23.707	179	2.173	1.438	-	27.497
Total		24.058	179	2.428	2.675	-	29.341

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Empréstimos

Os empréstimos concedidos aos participantes levam em consideração as seguintes premissas:

- o valor máximo de concessão de empréstimo para participantes REG/REPLAN é o montante correspondente a oito vezes o salário de participação ou renda-base, limitado a R\$ 30 mil;
- o valor máximo de concessão de empréstimo para participantes REB é o montante correspondente a oito vezes o salário de participação ou 30% do saldo de conta previdenciária, limitado a R\$30 mil, o que for menor; e
- o prazo de amortização para os empréstimos é limitado a 60 meses.

As atualizações dos contratos são efetuadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e em juros que variam entre 8,72% a 12% a.a..

Financiamentos Habitacionais

Os financiamentos habitacionais foram concedidos aos participantes que aderiram ao extinto Clube Imobiliário até junho de 1994, para aquisição de imóvel próprio. Parte dos recursos do Clube Imobiliário foi devolvida aos participantes, e a possibilidade de devolução do saldo remanescente está sendo avaliada. As atualizações dos contratos são efetuadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e em juros de 7% a.a..

Os saldos das carteiras, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, são demonstrados a seguir:

Em R\$ mil			
Exercício 2003			
	Valor Bruto	Provisão para Perda	Valor Líquido
Empréstimos	464.797	(2.589)	462.208
Financiamentos Habitacionais	410.601	(67.473)	343.128
Total	875.398	(70.062)	805.336



Em R\$ mil
Exercício 2002

	Valor Bruto	Provisão para Perda	Valor Líquido
Empréstimos	288.351	(1.961)	286.390
Financiamentos Habitacionais	392.552	(41.908)	350.644
Total	680.903	(43.869)	637.034

Empréstimos - Composição da provisão para perda por faixa de atraso:

Em R\$ mil
Exercício 2003

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda
até 60	32	633	665	0%	0
61-120	12	154	166	25%	42
121-240	70	377	447	50%	224
241-365	52	112	164	75%	123
> 365	1.529	671	2.200	100%	2.200
Total	1.695	1.947	3.642		2.589

Em R\$ mil
Exercício 2002

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda
até 60	235	518	753	0%	-
61-120	21	179	200	25%	50
121-240	61	347	408	50%	204
241-365	97	234	331	75%	248
> 365	919	540	1.459	100%	1.459
Total	1.333	1.818	3.151		1.961

Financiamentos Habitacionais - Composição da provisão para perda por faixa de atraso:

Em R\$ mil
Exercício 2003

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda
até 60	274	7.395	7.669	0%	-
61-120	142	4.927	5.069	25%	1.267
121-240	271	5.246	5.517	50%	2.759
241-365	439	4.767	5.206	75%	3.905
> 365	20.464	39.079	59.543	100%	59.542
Total	21.590	61.414	83.004		67.473

Em R\$ mil

Exercício 2002					
Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda
até 60	1.157	7.585	8.742	0%	-
61-120	115	4.044	4.159	25%	1.040
121-240	273	5.488	5.761	50%	2.880
241-365	245	2.656	2.901	75%	2.176
> 365	9.549	26.263	35.812	100%	35.812
Total	11.339	46.036	57.375		41.908

Em 8 de novembro de 2001, aos mutuários interessados em fazer a quitação integral de seus saldos devedores, foi autorizada a concessão de desconto a ser aplicado no saldo devedor do contrato de financiamento habitacional e calculado individualmente, por mutuário, obedecendo à metodologia específica aprovada.

Em R\$ mil

Contratos Quitados	2003	2002
Saldo devedor	22.242	32.735
Desconto Concedido (*)	(2.981)	(4.457)
Valor amortizado	19.261	28.278

(*) O desconto concedido está registrado na rubrica Operações com Participantes, no Programa de Investimentos.

10. OPERAÇÕES COM PATROCINADORA

A dívida contraída pela patrocinadora com a FUNCEF, por meio do contrato específico datado de 30 de setembro de 1993, que se encontrava em litígio judicial, foi quitada em 22 de abril de 2003. Registrou-se a reversão da provisão para perda da dívida no montante de R\$ 4.172.511 mil.

Segundo o contrato estabelecido entre as partes, foi recebido o valor de R\$ 2.770.253 mil em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, já descontado o montante de R\$ 1.402.057 mil, que corresponde a R\$ 224.006 mil, referentes à reserva dos participantes da ex-Sasse, à diferença entre o déficit provisório, apurado para a formalização do instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida, e o real, relativo ao ano de 1989, no valor de R\$ 693.779 mil, e ao montante de multa e juros moratórios no valor de R\$ 484.272 mil.

Em 10 de junho de 2003, a FUNCEF recebeu o montante de R\$ 201 mil, referente à atualização monetária e a juros de R\$ 5 mil, entre a data de assinatura do termo de acordo entre as partes e o efetivo pagamento.

11. OUTROS REALIZÁVEIS

Refere-se à restituição do Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 34.242 mil (R\$ 43.391, em 2002), correspondente ao período entre fevereiro de 1987 a fevereiro de 1992, sobre os diversos investimentos de Renda Fixa e Variável, da época, cujo valor está registrado como "Outros Realizáveis de Investimentos". A restituição está sendo realizada em dez parcelas anuais, permanecendo remanescentes sete parcelas.



12. ATIVO PERMANENTE

Em 31 de dezembro 2003 e 2002, a composição do ativo permanente foi a seguinte:

Descrição	Custo Atualizado	Taxa a.a.	Depreciação/Amortização	Em R\$ mil	
				2003	2002
				Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado	26.045	-	(5.884)	20.161	21.033
Imóveis de Uso Próprio	16.233	2%	(1.528)	14.705	17.037
Bens Móveis	9.812	-	(4.356)	5.456	3.996
Móveis Utensílios	1.840	10%	(1.138)	702	639
Máquinas e Equipamentos	981	10%	(356)	625	526
Computadores e Periféricos	6.775	20%	(2.836)	3.939	2.667
Direitos de Uso Telefônico	108	0%	-	108	108
Veículos	74	20%	(26)	48	26
Outras Imobilizações	34	0%	-	34	30
Diferido	11.500		(4.726)	6.774	5.365
Software	6.817	20%	(4.726)	2.091	1.928
Desenvolvimento de software	4.683	20%	-	4.683	3.437
Total	37.545		(10.610)	26.935	26.398

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FUNCEF é parte em processos contingenciais de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciária e de investimentos. O critério adotado pela FUNCEF para registro leva em consideração a possibilidade de ocorrência de perda com base na avaliação jurídica de cada ação.

A Administração da FUNCEF considera que o montante provisionado no valor de R\$ 539.761 mil (R\$ 461.958 mil, em 2002) é suficiente para fazer frente a possíveis perdas, decorrentes desses processos.

a. Ações de Benefícios

Suportada em parecer de seus consultores jurídicos, a administração da FUNCEF considerou prudente a constituição de provisão para eventuais condenações judiciais em ações de benefícios no montante de R\$190.950 mil, líquido dos depósitos judiciais (R\$ 163.804 mil, em 2002).

b. Migração REG/REPLAN X REB

Em fevereiro de 2002, após autorização formal da Secretaria de Previdência Complementar, a FUNCEF deu início ao processo de migração dos participantes vinculados

ao plano REG/REPLAN para o REB, mediante adesão dos participantes.

Todavia, no curso do processo de migração, algumas entidades representativas dos empregados, bem como alguns participantes, ingressaram com ações judiciais visando impedir a migração, sob a alegação de não haver sustentação legal para tal providência.

No total foram intentadas 12 (doze) ações, remanescendo até a presente data 9 (nove) demandas em andamento, sem, contudo, subsistir outorga de tutelas que impeçam a finalização do processo de migração dos interessados dos planos REG/REPLAN para o REB, até o fechamento deste balanço. Todavia, considerando que não houve apreciação do mérito das demandas foi mantida a provisão no montante de R\$ 324.012 mil (R\$ 298.155 mil, em 2002) (Vide nota 4).

Não obstante, em respeito e obediência aos termos das transações judiciais celebradas anteriormente à concessão das liminares com parte dos participantes, a FUNCEF vem pagando àqueles que transacionaram, valores correspondentes aos direitos por eles detidos no REB,

embora a vinculação associativa permaneça, formalmente, no REG/REPLAN.

c. Investimentos

A FUNCEF não subscreveu os bônus de ações relativos à sua participação na AMBEV, dentro do prazo, por discordar do preço de subscrição proposto e ao mesmo tempo registrou em seu resultado de 2003 um prejuízo de R\$ 79.900 mil, considerando o saldo atualizado de 31 de dezembro de 2002 até 2 de maio de 2003, prazo esse considerado limite para subscrição. Na tentativa de recuperar as perdas obtidas com esse investimento, a FUNCEF ajuizou uma ação contra a empresa e registrou como Contingência do Programa de Investimentos o valor de R\$ 3.008 mil, a título de sucumbência que poderá ser cobrado caso o desfecho do processo seja desfavorável à FUNCEF.

d. Venda da Participação Societária da Caixa Seguros (ex-SASSE)

Em 6 de julho de 2001, a FUNCEF vendeu a sua participação na Caixa Seguros (ex - Sasse) para a CNP Participações. À época foi exigido o bloqueio de R\$ 265.242 mil, investidos BBA Conta de Depósito Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimentos, como garantia à identificação de possíveis irregularidades ou imprevisões com relação às declarações prestadas ao comprador, constantes no contrato de compra e venda das ações ordinárias da Caixa Seguros, de 15 de fevereiro de 2001.

Em função do pedido de indenização da CNP Participações apresentado à FUNCEF, a administração registrou o montante de R\$ 21.791 mil, a título de provisão, considerado o referido valor como perda provável, com base em estudos realizados por consultores internos e externos.

COMPOSIÇÃO DO EXIGÍVEL ATUARIAL

As Provisões Matemáticas foram calculadas por atuário externo, segundo regras estabelecidas pela SPC, e são compostas conforme demonstração a seguir:

REG/REPLAN		
	Em R\$ mil	
	2003	2002
Benefícios Concedidos	4.854.146	4.262.672
Benefícios do plano	4.854.146	4.262.672
Benefícios a Conceder	5.731.614	4.630.123
Benefícios do plano c/ geração atual	8.043.070	6.571.283
(-) Outras contribuições - geração atual	(2.311.456)	(1.941.160)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(800)	(744)
Reserva a amortizar (-)	(800)	(744)
EXIGÍVEL ATUARIAL	10.584.960	8.892.051

REB		
	Em R\$ mil	
	2003	2002
Benefícios Concedidos	496.061	53
Benefícios do plano	496.061	53
Benefícios a Conceder	31.359	18.551
Benefícios do plano c/ geração atual	31.359	18.551
EXIGÍVEL ATUARIAL	527.420	18.604



15. RESERVAS E FUNDOS - RESULTADOS REALIZADOS

O Resultado compreende o saldo dos resultados líquidos dos recursos previdenciais da FUNCEF, obtidos ao longo de sua existência.

Atendendo à exigência atuarial quanto à formação do fundo previdencial para ajuste dos planos, o resultado do REG/REPLAN, no exercício de 2003, no montante de R\$ 218.151 mil foi incorporado ao respectivo fundo (superávit de R\$ 343.662 mil, em 2002). O plano REB 98 apresentou um superávit técnico de R\$ 451 mil, em 2003 (0 mil, em 2002). De acordo com o parecer atuarial, o valor do superávit técnico apurado teve caráter conjuntural.

O plano REB 2002 apresentou um superávit técnico de R\$ 72.586 mil, em 2003 (déficit técnico de R\$ 139 mil, em 2002). De acordo com o parecer atuarial, o superávit técnico decorreu, principalmente, em função das adesões dos participantes oriundos da Prevhab, que estavam sob a administração da CAIXA, em 2003.

16. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

A administração dos investimentos é exercida pela própria FUNCEF e por gestores terceirizados, utilizando-se de parte dos recursos dos investimentos para cobertura das despesas administrativas. O desempenho apresentado a seguir foi apurado com base nas médias das rentabilidades diárias das carteiras de investimentos:

CARTEIRA	Resultados Líquidos (*)	Rentabilidade	Rentabilidade Líquida Descontando:		
			INC + 6% a.a.	IBV	SELIC
			17,06%	97,10%	23,34%
Renda Fixa	1.748.055	26,58%	8,13%		2,63%
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	1.040.794	29,35%	10,50%		4,88%
Aplicação em Instituição Financeira	709.175	24,86%	6,66%		1,23%
Títulos de Empresas	(1.914)	(4,35%)	(18,29%)		(22,45%)
Renda Variável	616.778	26,97%	8,47%	(35,58%)	
Carteira Própria	162.030	20,10%	2,60%	(39,06%)	
Mercado de Ações	162.030	20,10%	2,60%	(39,06%)	
Carteira Terceirizada	492.781	34,29%	14,71%	(31,87%)	
Fundos de Investimentos em Ações	492.781	34,29%	14,71%	(31,87%)	
Outros Investimentos de Renda Variável	(38.033)	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)	
Investimentos Imobiliários	16.166	0,82%	(13,88%)		
Terrenos	79	0,33%	(14,30%)		
Em Construção	(28.087)	(18,70%)	(30,55%)		
Edificações Locadas a Patrocinadora	13.051	13,81%	(2,78%)		
Edificações para Renda	15.992	5,13%	(10,19%)		
Participações em Shopping	32.943	9,04%	(6,85%)		
Participações em Complexo Hoteleiro	8.006	3,00%	(12,01%)		
Participações em Complexo de Entretenimento	(46.632)	(75,91%)	(79,42%)		
Direitos em Alienações	2.254	7,13%	(8,48%)		
Fundos de Investimentos Imobiliários	18.560	5,88%	(9,55%)		
Operações com Participantes	132.520	20,41%	2,86%		
Empréstimos	76.093	23,53%	5,52%		
Financiamento Imobiliário	56.427	17,09%	0,02%		
Outros Investimentos	1.311	6,35%	(9,15%)		
Total	2.514.830	21,68%	3,95%		

(*) resultado financeiro descontado os efeitos tributários.



Da rentabilidade demonstrada em Renda Variável, a baixa aderência ao IBOVESPA deve-se essencialmente a dois fatores: i) a carteira de Participações Societárias, que não possui liquidez em mercado, logo, referencial de retorno, e ii) a operação de hedge realizada em 2003 com vencimento em 2004. Vide notas 3 b e 7.

As ações encontram-se custodiadas, basicamente, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), vinculada à Bolsa de Valores de São Paulo. Os títulos privados de renda fixa estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e em instituições

financeiras autorizadas a operar nesse mercado, enquanto os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN nº 3.121/03, a FUNCEF contratou o Banco Santander do Brasil S.A., devidamente credenciado na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de custódia de títulos e valores mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

17. PARTES RELACIONADAS

A FUNCEF possui operações com a Caixa Econômica Federal (patrocinadora), as quais foram realizadas em condições, consideradas pela administração, compatíveis com as de mercado e estão discriminadas a seguir:

Composição	Em R\$ mil	
	2003	2002
Fundo de Aplicação em Quotas	1.555.973	796.445
CAIXA FAQ V	1.213.990	505.471
CAIXA FAQ IX	307.249	262.109
CAIXA FAQ XIII	24.008	20.462
FAQ INVESTIDOR	545	446
CAIXA FAQ XII	10.181	7.957
Poupança	1.229	120
Letras de Crédito Imobiliário	51.578	46.707
Letras Hipotecárias	68.149	61.385
TOTAL	1.676.929	904.657

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Evolução do Número de Participantes

A movimentação dos participantes da FUNCEF deu-se conforme o seguinte quadro:

	2003	2002	Variação	%
Assistidos	21.737	19.160	2.577	13,45
Ativos	48.991	48.828	163	0,33
Total de Participantes	70.728	67.988	2.740	4,03
Restituições de Reservas de Poupança	843	2.241	(1.398)	(62,38)



b. Reserva de Poupança

Estão provisionados os valores de direito de resgate, no montante de R\$ 10.916 mil (R\$ 6.646 mil, em 2002), registrados no Exigível Previdencial, não efetuados por empregados da CAIXA, que eram participantes ao REG/REPLAN. O resgate mínimo, caso ocorra conforme o regulamento, será de no mínimo 50% da contribuição do empregado. No exercício de 2003 foi registrado o montante de R\$ 4.270 mil (R\$ 3.158, em 2002).

c. Despesas Tributárias

No exercício de 2003 foram registradas despesas no montante de R\$ 13.903 mil referentes a IR - RET (R\$ 13.055 mil, em 2002) e R\$ 340 mil e R\$ 1.763 mil referentes a PIS e COFINS (R\$ 880 mil e R\$ 3.686 mil, em 2002), respectivamente.

d. Adesão de Participantes

Em 2003, a FUNCEF recebeu parte de assistidos, oriundos da Prevhav, que estavam sob a administração da CAIXA, num total de 1.986 participantes assistidos. Esse processo foi autorizado pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1881/SPC/CGAJ, e ocorreu após manifestação de interesse, por meio do termo de adesão ao Plano de Benefícios REB, quando passaram a receber o pecúlio especial por Transação de Direitos e foram incluídos na folha de benefícios da FUNCEF. O montante de recursos recebidos da CAIXA para cobertura da Reserva Matemática foi de R\$ 569.409 mil. Conforme contrato de aquisição de plano de benefício referente aos participantes assistidos oriundos da Prevhav, assinado em 15 de abril de 2003, entre a FUNCEF e a

CAIXA, o período de migração encontra-se aberto, como determina o Ofício nº 2099/SPC/CGAJ, de 13 de dezembro de 2002, emitido pela SPC. Tal ofício admite a migração dos participantes assistidos oriundos da Prevhav, que estavam sob a administração da CAIXA, tanto para o REB como para "idêntico plano de benefícios a ser administrado pela FUNCEF", que será o Plano Fechado de Aposentados e Pensionistas - PFAP, ainda em fase de aprovação.

e. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em 26 de junho de 2001, a FUNCEF foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devida nos anos-calendário de 1996 a 2000.

O Primeiro Conselho de Contribuintes, ao apreciar o Recurso Voluntário nº 13.917, interposto pela FUNCEF, decidiu, por unanimidade de votos, pelo reconhecimento da não incidência da CSLL, em razão da impossibilidade contábil de apuração de lucro nas atividades desenvolvidas pelas EFPC.

f. Migração REG/REPLAN X REB: Contribuição dos Assistidos.

Por ocasião da finalização do processo de migração entre os planos descritos na Nota 13b, as contribuições dos assistidos para o custeio administrativo serão ajustadas, tendo em vista que para aqueles que aderiram ao plano antes das liminares que suspenderam o processo de migração, a contribuição foi de 2% sobre o benefício e para aqueles que não optaram ou não foi possível optar devido às liminares, a contribuição permaneceu a estabelecida pelo REPLAN.

Brasília, 31 de Dezembro de 2003.


GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78


LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 025.215.717-68


SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIO
CPF: 037.302.708-77


JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 225.992.151-53


CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04


BRÍCIA FERRAZ Z. PETRA DE BARROS
COORDENADORA DE CONTABILIDADE
CRC CONTADOR/MG - 067.993/O-3T-DF

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REPLAN da FUNCEF-FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2003. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por sua patrocinadora, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 44.279, sendo 22.620 do sexo masculino e 21.659 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 43 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 11 anos.

Os participantes aposentados apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 21 anos.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
 - Taxa real anual de juros : 6,0%
 - Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
 - Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 1,0%
 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 98%
 - benefícios do plano: 98%
 - benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização e Repartição Simples
 - Métodos Atuariais – Crédito Unitário Projetado

O número de ocorrências de morte, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observado nos últimos doze meses foi de 86, 220, 26 e 252, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 2002 foi de 218, 48, 71 e 931. Embora se observe certa discrepância entre o esperado e o ocorrido, entendemos que dois anos de observação não sejam suficientes para qualquer conclusão final. Assim sendo, a incidência da mortalidade, invalidez e rotatividade do plano deverá ser acompanhada até que se tenha um histórico que possa indicar uma tendência e permitir uma escolha de tábuas biométricas que melhor se ajustem à população de ativos e aposentados.

Os benefícios do plano são reajustados anualmente, de conformidade com a variação geral de salários dos empregados da Instituidora-Patrocinadora, e no mesmo mês dessa variação.

III – Apuração do Patrimônio

Com base em relatório fornecido pela FUNCEF, o Ativo Líquido dos Exigíveis atribuível ao Plano de Benefícios REPLAN em 31 de dezembro de 2003 foi apurado conforme abaixo indicado:



	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Bruto	14.714.312.922,40
Exigíveis	
- Operacional	(-) 37.003.713,01
- Contingencial	(-) 539.761.444,08
Ativo Líquido dos Exigíveis	14.137.547.765,31

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos acima mencionados e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2003, certificamos que o Ativo Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial e dos Fundos no valor de R\$ 3.309.157.009,88 monta a R\$ 10.828.390.755,63, que descontado do total das Provisões Matemáticas de R\$ 10.584.960.072,33 resulta no Superávit Técnico de R\$ 243.430.683,30.

A Provisão Matemática a Constituir registra na conta Serviço Passado o valor atual das contribuições futuras dos participantes ativos pagas a título de jôia. Esta provisão será equacionada através das contribuições realizadas por esse grupo de participantes.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos inclui o valor de R\$ 3.451.194.189,23 referente as provisões matemáticas dos participantes que optaram por migrar do REPLAN para o REB, seja na condição de ativo e posterior pedido de benefício ou assistido, que manifestaram a partir de 02.02.2002. Este procedimento foi adotado em função da existência de liminares que suspenderam o processo de migração, a exemplo da liminar datada de 15/07/2002 e, conseqüentemente impedindo a concretização da transferência desses recursos.

A composição do Exigível Atuarial, das Reservas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2003 é a seguinte:

	<u>Valores em R\$</u>
Exigível Atuarial	10.584.960.072,33
- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	4.854.146.120,15
- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	5.731.613.863,68
- Provisões Matemáticas a Constituir	(-) 799.911,50
- Serviço Passado	(-) 799.911,50
- Déficit Equacionado	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Reservas e Fundos	3.552.587.692,98
- Superávit Técnico	243.430.683,30
- Fundos	3.309.157.009,68
- Fundo Previdencial	3.241.630.962,99
- Fundo Mútuo de Garantia da Reserva de Cobertura	29.851.532,76
- Fundo Previdencial para Ajuste do Plano	3.211.779.430,23
- Fundo Assistencial	10.625.706,04
- Fundo Administrativo	56.900.340,65

O Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura que é constituído da parcela do saldo de conta, formada pelas contribuições da patrocinadora revertidas no resgate dos participantes que optaram por migrar do Replan para o REB a partir de fevereiro de 2002.

O Fundo Previdencial para Ajuste do Plano foi constituído para a realização de ajustes no plano em razão da disposição da Lei Complementar n.º 109 /2001 e do acordo celebrado entre a CAIXA e a FUNCEF para quitação da dívida.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar n.º 109 de 29 de maio de 2001, as patrocinadoras efetuem contribuição total de 7,87% da folha de salários. As contribuições a serem efetuadas pelas patrocinadoras serão paritárias às contribuições efetuadas pelos participantes. Do total de contribuições dos participantes e das patrocinadoras, 1,26% da folha de salários custearão as despesas com a administração do plano.

Os participantes ativos e inativos deverão contribuir com base nas seguintes taxas de contribuição, aplicadas sobre o salário de contribuição:

- 3% até 1/2 teto do salário de contribuição para previdência social oficial;
- 5% entre 1/2 teto do salário de contribuição e 1 teto do salário de contribuição para previdência social oficial;
- 20,35% acima de 1 teto do salário de contribuição para previdência social oficial.

O aumento do percentual de contribuição de 13,9% para 20,35% decorre da alteração do valor do teto do INSS utilizado no cálculo das contribuições.

As contribuições realizadas pelos participantes a título de jôia representam uma taxa média de 0,01% da folha de salários.

O custo médio referente à contribuição dos participantes ativos foi estimado em 7,87% da folha de salários.

O método atuarial utilizado na avaliação gera custos crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, dependendo da rotatividade e do aumento salarial.

VI – Conclusão

A rentabilidade do patrimônio determinada considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 (INPC + 10,68%), foi superior à meta atuarial (INPC + 6,0%).

Alertamos que a rentabilidade medida não deve ser considerada para análise do desempenho de gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno do patrimônio líquido e não da taxa de retorno dos investimentos totais.

Os resultados favoráveis decorrem principalmente da variação salarial ter sido inferior a inflação e da alteração do valor do teto do INSS utilizado no cálculo das contribuições.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios REPLAN, concluímos que a adoção do plano de custeio recomendado neste parecer deverá concorrer para assegurar o equilíbrio do plano, em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA. n.º 992



PARECER ATUARIAL

Com base nos resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano de Benefícios REPLAN administrado pela FUNCEF - Fundação dos Economizadores Federais, cuja data-base foi de 30 de setembro de 2003, estamos informando abaixo os valores das Provisões Matemáticas em reais a serem consignados no balanço de 31 de dezembro de 2003 desta Fundação.

	CAIXA	PREVHAB	TOTAL
Ativo Líquido dos Exigíveis	13.420.364.900,00	716.982.864,45	14.137.347.765,31
<input type="checkbox"/> Provisões Matemáticas	9.896.568.401,70	688.391.670,63	10.584.960.072,33
<input checked="" type="checkbox"/> Benefícios Concedidos	4.692.871.907,85	161.274.212,30	4.854.146.120,15
- Benefícios do Plano	4.692.871.907,85	161.274.212,30	4.854.146.120,15
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Benefícios a Conceder	5.204.496.405,35	527.117.458,33	5.731.613.863,68
- Benefícios do Plano com a Geração Atual	7.380.328.238,02	662.722.066,70	8.043.070.304,72
- Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	(2.185.841.829,67)	(125.614.607,37)	(2.311.456.437,04)
- Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Provisões Matemáticas a Constituir	(799.911,50)	0,00	(799.911,50)
- Serviço Passado ¹⁾	(799.911,50)	0,00	(799.911,50)
- Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	0,00	0,00	0,00
<input type="checkbox"/> Reservas e Fundos	3.623.996.499,16	28.591.193,62	3.652.587.692,78
<input checked="" type="checkbox"/> Superávit Técnico Acumulado	267.743.474,23	0,00	267.743.474,23
- Reserva de Contingência	267.743.474,23	0,00	267.743.474,23
- Reserva para Revisão do Plano	0,00	0,00	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Déficit Técnico Acumulado	0,00	(24.312.790,93)	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Fundos	3.256.253.024,93	52.903.984,75	3.309.157.009,68
- Fundo Previdencial	3.196.612.280,64	45.018.682,35	3.241.630.962,99
- Fundo Mútuo de Garantia da Reserva de Cobertura	27.602.268,66	2.249.324,10	29.851.592,76
- Fundo Previdencial para ajuste do Plano	3.169.010.071,98	42.769.358,25	3.211.779.430,23
- Fundo Assistencial	10.625.706,04	0,00	10.625.706,04
- Fundo Administrativo	49.015.036,25	7.885.302,40	56.900.338,65

¹⁾ Saldo devedor relativo à jóia paga pelos participantes de acordo com o artigo 3.4 do Regulamento.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
- Taxa real anual de juros : 6,0%

- Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 1,0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 98%
 - benefícios do plano: 98%
 - benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização e Repartição Simples
 - Métodos atuariais – Crédito Unitário Projetado

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA. n° 992



Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998, da FUNCEF-FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2003. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por sua patrocinadora, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 3.361, sendo 1.981 do sexo masculino e 1.380 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 34 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 25 anos.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
 - Taxa real anual de juros: 6,0%
 - Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
 - Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: -
 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 98%
 - benefícios do plano: 98%
 - benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização
 - Métodos Atuariais – Crédito Unitário Projetado

O número de ocorrências de morte, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observado nos últimos doze meses foi de 0, 0, 0 e 321, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 2002 foi de 6, 4, 0 e 434. Embora se observe certa discrepância, entre o esperado e o ocorrido, entendemos que dois anos de observação não seja suficiente para qualquer conclusão final. Assim sendo, a incidência da mortalidade, invalidez e rotatividade do plano deverá ser acompanhada até que se tenha um histórico que possa indicar uma tendência e permitir uma escolha de tábuas biométricas que melhor se ajustem à população de ativos e aposentados.

Os benefícios do plano são reajustados, pelo menos uma vez por ano, com base na variação do INPC.

III – Apuração do Patrimônio

Com base em relatório fornecido pela FUNCEF, o Ativo Líquido dos Exigíveis atribuível ao Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998, em 31 de dezembro de 2003 foi apurado conforme abaixo indicado:

	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Bruto	33.018.465,27
Exigíveis	
– Operacional	(-) 224.291,39
– Contingencial	(-) 0,00
Ativo Líquido dos Exigíveis	32.794.173,88

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e o métodos acima mencionados e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2003, certificamos que o total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, monta a R\$ 28.736.417,67. Este valor somado ao valor dos Fundos é inferior ao Ativo Líquido dos Exigíveis em R\$ 450.980,75, valor este registrado como Superávit Técnico.

A composição do Exigível Atuarial, das Reservas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2003 é a seguinte:

	<u>Valores em R\$</u>
Exigível Atuarial	28.736.417,67
– Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	91.499,00
– Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	28.644.918,67
Reservas e Fundos	4.057.756,21
– Superávit Técnico	450.980,75
– Previdencial	1.445.617,54
– Fundo para Garantia de Benefício de Risco	1.257.528,00
– Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura	188.089,54
– Administrativo	2.161.157,92

O Fundo para Garantia de Benefício de Risco é constituído com recursos das contribuições da patrocinadora para cobertura destes benefícios.

O Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura é constituído das sobras do Saldo de Conta da patrocinadora decorrente do pagamento de Resgate, de acordo com o artigo 32 do Regulamento do Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar n.º 109 de 29 de maio de 2001, as patrocinadoras efetuem contribuições consistindo em 0,38% da folha de salários para custeio dos benefícios de risco do plano mais 1,51% da folha de salários para cobertura das despesas administrativas. Adicionalmente as patrocinadoras deverão efetuar a contribuição definida prevista no Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998, estimadas em 3,14% da folha de salários. As contribuições dos participantes, descritas no Art. 34 do Regulamento do Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998, foram estimadas em 5,03% da folha de salários.



Conforme definido no Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios – REB, instituído em 08/1998, a contribuição patronal poderá atingir o patamar de 8,34% da folha de salários, incluindo o custo com os benefícios de risco e a despesa administrativa, caso o participante opte por aumentar a sua contribuição pessoal.

Os benefícios de risco serão cobertos pelo Fundo Previdencial para Garantia de Benefícios de Risco.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição definida e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Demonstrativo de Resultados das Avaliações Atuariais são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

A rentabilidade do patrimônio consolidado dos planos de benefícios do REB, considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 (INPC + 25,02%) foi superior à meta atuarial (INPC + 6,0%).

Alertamos que a rentabilidade medida não deve ser considerada para análise do desempenho de gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno dos investimentos totais.

Entendemos que a natureza do Superávit Técnico seja de caráter conjuntural e recomendamos, portanto, que se faça um acompanhamento de sua evolução ao longo do ano.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios REB, instituído em 08/1998, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA, nº 992

Towers Perrin _____

PARECER ATUARIAL

Com base nos resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano de Benefício REB 98 da FUNCEF - Fundação dos Económicos Federais, cuja data-base foi de 30 de setembro de 2003, estamos informando abaixo os valores das Provisões Matemáticas em reais a serem consignados no balanço de 31 de dezembro de 2003 desta Fundação.

	CAIXA	FUNCEF	TOTAL
Ativo Líquido dos Exigíveis	30.603.448,68	2.190.725,20	32.794.173,88
☐ Provisões Matemáticas	26.933.620,13	1.802.797,54	28.736.417,67
✓ Benefícios Concedidos	91.499,00	0,00	91.499,00
- Benefícios do Plano	91.499,00	0,00	91.499,00
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
✓ Benefícios a Conceder	26.842.121,13	1.802.797,54	28.644.918,67
- Benefícios do Plano com a Geração Atual	26.842.121,13	1.802.797,54	28.644.918,67
- Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
- Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
✓ Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00	0,00
- Serviço Passado ²⁾	0,00	0,00	0,00
- Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	0,00	0,00	0,00
☐ Reservas e Fundos	3.699.820,55	387.927,89	4.087.758,21
✓ Superávit Técnico Acumulado	412.628,18	38.341,57	450.989,75
✓ Fundos	3.257.189,37	349.586,09	3.606.775,46
- Fundo Previdencial	1.300.888,58	144.728,96	1.445.617,54
- Fundo para Garantia de Benefício de Risco	1.152.413,00	105.115,00	1.257.528,00
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura	148.475,58	39.613,96	188.089,54
- Fundo Assistencial	0,00	0,00	0,00
- Fundo Administrativo	1.956.300,79	204.857,13	2.161.157,92

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
 - Taxa real anual de juros : 6,0%
 - Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
 - Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: -
 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:



- salários: 98%
- benefícios do plano: 98%
- benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização
 - Métodos atuariais – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA, nº 992

Towers Perrin _____

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REB, com vigência a partir de 02/02/2002, da FUNCEF-FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2003. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por sua patrocinadora, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

I – Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é igual a 1.351, sendo 765 do sexo masculino e 586 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 32 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 26 anos.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
 - Taxa real anual de juros: 6,0%
 - Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
 - Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: -
 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 98%
 - benefícios do plano: 98%
 - benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização
 - Métodos Atuariais – Crédito Unitário Projetado

O número de ocorrências de morte, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observado nos últimos doze meses foi de 0, 0, 0 e 31, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 2002 foi de 1, 0, 0 e 53. Embora se observe certa discrepância entre o esperado e o ocorrido, entendemos que dois anos de observação não seja suficiente para qualquer conclusão final. Assim sendo, a incidência da mortalidade, invalidez e rotatividade do plano deverá ser acompanhada até que se tenha um histórico que possa indicar uma tendência e permitir uma escolha de tábuas biométricas que melhor se ajustem à população de ativos e aposentados.



Os benefícios do plano são reajustados, pelo menos uma vez por ano, com base na variação do INPC.

III – Apuração do Patrimônio

Com base em relatório fornecido pela FUNCEF, o Ativo Líquido dos Exigíveis atribuível ao Plano de Benefícios REB, com vigência a partir de 02/02/2002, em 31 de dezembro de 2003 foi apurado conforme abaixo indicado:

	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Bruto	578.645.621,57
Exigíveis	
- Operacional	(-) 713.028,75
- Contingencial	(-) 0,00
Ativo Líquido dos Exigíveis	577.932.592,82

IV – Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos acima mencionados e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2003, certificamos que o total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, monta a R\$ 498.683.627,30. Este valor somado ao valor dos Fundos, é inferior ao Ativo Líquido dos Exigíveis em R\$ 72.447.222,69, valor este registrado como Superávit Técnico.

A composição do Exigível Atuarial, das Reservas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2003 é a seguinte:

	<u>Valores em R\$</u>
Exigível Atuarial	498.683.627,30
- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	495.969.265,26
- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	2.714.362,04
Reservas e Fundos	79.248.965,52
- Superávit Técnico	72.447.222,69
- Fundos	6.801.742,83
- Previdencial	6.503.798,88
- Fundo para Garantia de Benefício de Risco	612.106,00
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura	5.891.692,88
- Administrativo	297.943,95

O Fundo para Garantia de Benefício de Risco é constituído com recursos das contribuições, apuradas atuarialmente, dos participantes e patrocinadora destinado a complementar as Provisões Matemáticas dos benefícios de risco.

O Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura é constituído das sobras do Saldo de Conta da patrocinadora decorrente de pagamento do Resgate, compondo assim o patrimônio garantidor das Provisões Matemáticas dos benefícios concedidos, de acordo com os artigos 29 e 31 do Regulamento do Plano de Benefícios REB, com vigência a partir de 02/02/2002.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, as patrocinadoras efetuem contribuições consistindo em 0,51% da folha de salários para custeio dos benefícios de risco do plano mais 0,86% da folha de salários para cobertura das despesas administrativas. Estas contribuições serão paritárias às contribuições dos participantes. Adicionalmente as patrocinadoras deverão efetuar a Contribuição Definida prevista no Art. 35 do Regulamento do Plano de Benefícios REB, com vigência a partir de 02/02/2002, considerando os limites máximos estabelecidos neste regulamento, estimadas em 4,39% da folha de salários. As contribuições dos participantes, descritas no Art. 33 do Regulamento do Plano de Benefícios, foram estimadas em 4,39% da folha de salários.

Conforme definido no Art. 35 do Regulamento do Plano de Benefícios – REB, com vigência a partir de 02/02/2002, a contribuição patronal poderá atingir o patamar de 7,0% da folha de salários.

Os benefícios de risco serão cobertos pelo Fundo Previdencial para Garantia de Benefícios de Risco.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição definida e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Demonstrativo de Resultados das Avaliações Atuariais são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

A rentabilidade do patrimônio consolidado dos planos de benefícios do REB, considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 (INPC + 25,02%) foi superior à meta atuarial (INPC + 6,0%).

Alertamos que a rentabilidade medida não deve ser considerada para análise do desempenho de gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno dos investimentos totais.

O surgimento do superávit decorreu principalmente em função das adesões dos participantes assistidos da Caixa Seguros para este Plano durante o ano de 2003.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios REB, instituído em 02/2002, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA. nº 992

Towers Perrin



PARECER ATUARIAL

Com base nos resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano de Benefício REB 2002 da FUNCEF - Fundação dos Economizadores Federais, cuja data-base foi de 30 de setembro de 2003, estamos informando abaixo os valores das Provisões Matemáticas em reais a serem consignados no balanço de 31 de dezembro de 2003 desta Fundação.

	CAIXA	FUNCEF	TOTAL
Ativo Líquido dos Esigíveis	577.644.153,32	266.438,99	577.932.592,32
<input type="checkbox"/> Provisões Matemáticas	495.445.717,79	237.906,51	495.683.627,30
<input checked="" type="checkbox"/> Benefícios Concedidos	495.969.265,26	0,00	495.969.265,26
- Benefícios do Plano	495.969.265,26	0,00	495.969.265,26
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Benefícios a Conceder	2.476.462,53	237.906,51	2.714.362,04
- Benefícios do Plano com a Geração Atual	2.476.462,53	237.906,51	2.714.362,04
- Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00
- Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00	0,00
- Serviço Passado ⁷⁾	0,00	0,00	0,00
- Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	0,00	0,00	0,00
<input type="checkbox"/> Reservas e Fundos	79.198.835,53	50.520,99	79.248.965,52
<input checked="" type="checkbox"/> Superávit Técnico Acumulado	72.624.696,23	0,00	72.447.222,69
<input checked="" type="checkbox"/> Déficit Técnico Acumulado	0,00	(177.463,54)	0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Fundos	6.573.749,30	227.983,53	6.801.742,83
- Fundo Previdencial	6.308.706,22	195.092,66	6.503.796,88
- Fundo para Garantia de Benefício de Risco	421.218,00	180.866,00	612.106,00
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura	5.887.488,22	4.204,66	5.891.692,88
- Fundo Assistencial	0,00	0,00	0,00
- Fundo Administrativo	265.043,08	32.890,87	297.943,95

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

- Hipóteses Financeiras
 - Taxa real anual de juros : 6,0%
 - Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
 - Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: -

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
- salários: 98%
- benefícios do plano: 98%
- benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização
 - Métodos atuariais – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA, nº 992



PARECER ATUARIAL

Com base nos resultados da avaliação atuarial realizada para os planos de benefícios da FUNCEF - Fundação dos Económicos Federais, cuja data-base foi de 30 de setembro de 2003, estamos informando abaixo os valores das Provisões Matemáticas em reais a serem consignados no balanço de 31 de dezembro de 2003 desta Fundação.

	REPLAN	REB 98	REB 2002	TOTAL
Ativo Líquido dos Exigíveis	14.137.547.785,31	32.754.173,86	577.232.592,82	14.746.274.552,01
☐ Provisões Matemáticas	10.584.980.072,33	28.736.417,87	488.083.627,30	11.112.200.117,50
✓ Benefícios Concedidos	4.884.148.123,15	91.498,30	495.959.255,25	5.380.205.884,41
- Benefícios do Plano	4.884.148.123,15	91.498,30	495.959.255,25	5.380.205.884,41
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
✓ Benefícios a Conceder	5.721.913.869,88	28.644.918,87	2.714.362,54	5.782.973.144,39
- Benefícios do Plano com a Geração Atual	8.043.073.306,72	28.644.918,87	2.714.362,54	8.074.429.587,43
- Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições da Geração Atual	(2.311.456.437,04)	0,00	0,00	(2.311.456.437,04)
- Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições das Gerações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
✓ Provisões Matemáticas a Constituir	(799.911,50)	0,00	0,00	(799.911,50)
- Serviço Passado ¹⁾	(799.911,50)	0,00	0,00	(799.911,50)
- Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	0,00	0,00	0,00	0,00
☐ Reservas e Fundos	3.552.597.692,98	4.027.756,21	79.248.965,52	3.638.894.414,71
✓ Superávit Técnico Acumulado	243.430.683,30	450.980,75	72.447.322,69	316.328.986,74
- Reserva de Contingência	243.430.683,30	450.980,75	72.447.322,69	316.328.986,74
- Reserva para Revisão do Plano	0,00	0,00	0,00	0,00
✓ Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00
✓ Fundos	3.309.157.009,68	3.606.775,46	6.801.742,83	3.319.565.527,97
- Fundo Previdencial	3.241.830.562,98	1.445.217,54	6.523.795,98	3.249.800.376,41
- Fundo para Garantia de Benefício de Risco	0,00	1.257.529,05	612.196,00	1.869.634,05
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura	29.851.532,78	188.089,54	5.891.692,98	35.931.315,18
- Fundo Previdencial para ajuste do Plano	3.211.779.430,23	0,00	0,00	3.211.779.430,23
- Fundo Assistencial	10.625.736,04	0,00	0,00	10.625.736,04
- Fundo Administrativo	56.980.740,66	2.181.157,92	297.943,95	59.359.442,53

¹⁾ Saldo devedor relativo à jóia paga pelos participantes de acordo com o artigo 3.4 do Regulamento.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

■ Hipóteses Financeiras

- Taxa real anual de juros : 6 ,0%
- Projeção do crescimento real de salário: 1,5 %
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 1,0% - REPLAN

Towers Perrin

- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0,0% - REB98 e REB2002
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: 98%
 - Benefícios do plano: 98%
 - Benefícios do INSS: 98%
- Hipóteses Biométricas
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-49
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57
 - Tábua de Entrada de Invalidez: HUNTER
 - Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF
- Regime Financeiro e Métodos Atuariais
 - Regime Financeiro – Capitalização e Repartição Simples
 - Métodos atuariais – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA. nº 992



KPMG Auditores Independentes

Mail address

Caixa Postal 8723
70312-970 Brasília, DF
Brazil

Office address

SBS Quadra 2 – Bl. A, nº 1, sl. 602
Edifício Casa de São Paulo
Setor Bancário Sul
70078-900 Brasília, DF
Brazil

Contact Tel: 55 (61) 223-2024

Fax: 55 (61) 224-0473
www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Administradores da
FUNCEF - Fundação dos Economizários Federais
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da FUNCEF - Fundação dos Economizários Federais levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as respectivas demonstrações de resultados e dos fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da FUNCEF; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da FUNCEF, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. As reservas técnicas e os fundos foram determinados com base em cálculos atuariais, efetuados por atuário externo. Nossa opinião, no que se relaciona a essas reservas e fundos, é fundamentada em parecer do referido atuário.
4. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres do atuário externo, conforme mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNCEF - Fundação dos Economizários Federais em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os resultados de suas operações e as modificações na sua posição financeira, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13b, a FUNCEF iniciou em fevereiro de 2002 a migração dos seus participantes assistidos e participantes do plano de benefício definido (REPLAN) para o de contribuição definida (REB). Durante o período de adesão dos participantes que optaram pelo novo plano (REB), foram impetradas ações judiciais contestando a legalidade do processo de migração de plano e adequações no planos de benefícios existentes, que ainda estão aguardando o julgamento de mérito. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos a respeito do desfecho final favorável ao processo de migração do plano, calculou e registrou as reservas técnicas, considerando as premissas atuariais do novo plano (REB).



KPMG Auditores Independentes é a Brasil
membro firm of KPMG Network
a Swiss entity



6. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, no exercício de 2003 foi firmado o acordo com a patrocinadora (CAIXA), que resultou na liquidação da dívida com a FUNCEF. No âmbito do referido acordo, conforme Nota Explicativa nº 1, foram definidas certas alterações nos planos de benefícios dos participantes que, participantes à intenção da Administração de promover alterações adicionais àquelas estabelecidas no mencionado acordo, resultaram no processo de elaboração de um novo plano, que ainda não foi concluído e aprovado. Entretanto, a Administração, com o objetivo de reservar recursos para a cobertura dos ajustes nas reservas técnicas, decorrentes desse novo plano, constituiu um fundo no valor de R\$ 3,2 bilhões.

17 de março de 2004

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-DF

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francesco Luigi Cejo'.

Francesco Luigi Cejo
Contador CRC SP425348/O-6-5



ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA

Atestamos que, para fins da Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios REPLAN, REB instituído em 08/1998 e REB com vigência a partir de 02/2002 administrado pela FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30 de setembro de 2003. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por sua patrocinadora, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

Com base nos resultados desta avaliação, certificamos que em 31 de dezembro de 2003 o Ativo Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial e dos Fundos monta à R\$ 11.428.709.004,04, que descontado do total das Provisões Matemáticas de R\$ 11.112.380.117,30 resulta no Superávit Técnico de R\$ 316.328.886,74.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2004

Adriana Gomes Rodrigues

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA. n° 992

Towers Perrin _____



FUNCEF Fundação dos Economiários Federais

Coordenação de Secretaria Executiva – COSEC
DIRETORIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO/ATA N.º 253/720

REUNIÃO DE: 22.03.2004

Relator : CARLOS ALBERTO CASER – Diretor de Controladoria

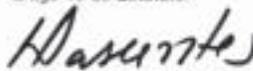
Assunto : BALANÇO FUNCEF DO EXERCÍCIO DE 2003 E BALANCETE DEZEMBRO/03 – CI
DICON 067/04

A Diretoria Executiva em cumprimento ao Inciso V do Artigo 21 do Estatuto da FUNCEF, procedeu ao exame do Balanço do exercício 2003 e do Balancete de DEZ/03, assim como as demais peças a eles pertinentes e, com base no exame realizado, assim como nos pareceres da KPMG Auditores Independentes e do Parecer Atuarial da Towers Perrin Forster & Crosby Ltda, resolveu aprovar o Balanço Patrimonial do exercício de 2003, o balancete de dezembro de 2003 e as Demonstrações Financeiras da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, do referido exercício; tudo na estrita conformidade da CI DICON 067, de 18.03.04, devendo o assunto ser encaminhado ao Conselho Fiscal para apreciação e emissão de parecer, nos termos do inciso II do artigo 18 do Estatuto e posteriormente remetido ao Conselho Deliberativo para apreciação, consoante disposto no inciso XVI do art. 14 do Estatuto da FUNCEF. A decisão foi adotada por unanimidade, com a presença de todos os membros da Diretoria Executiva.



LÍLIAN TATIANE DE MACEDO LIMA
Consultor Especial

Ao
Conselho Fiscal, nos termos do inciso II do
artigo 18 do Estatuto.



LINDAURA APARECIDA NASCENTES
Consultor Especial
Secretaria Executiva



FUNCEF Fundação dos Economiários Federais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

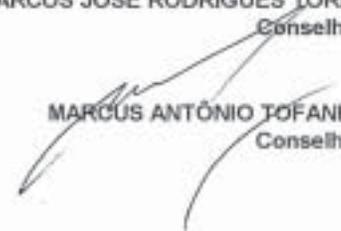
O Conselho Fiscal da FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais, nos termos do inciso II do artigo 18 do Estatuto da FUNCEF, examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, o Fluxo Financeiro, bem como as Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003. Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer da KPMG Auditores Independentes e do Parecer do Atuário Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, consideradas as recomendações efetuadas para melhoria dos controles internos e da gestão da entidade, foram praticados de acordo com as normas legais. Ainda com base nas mesmas análises é de opinião que as demonstrações refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, do resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2003, pelo que recomenda a sua aprovação.

Brasília, 24 de março de 2004


JOSÉ MIGUEL CORREIA
Presidente

MOYSES LEINER
Conselheiro


MARCOS JOSÉ RODRIGUES TORRES
Conselheiro


MARCUS ANTÔNIO TOFANELLI
Conselheiro

1ª OF. NOTAS E PROTESTO - DE
TAR. MURICION LEMUS
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA DUR E REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL (DOC. 2140 DE 25/04/04)

30 MAR 2004

ATA DA 1ª REUNIAO DO CONSELHO FISCAL
DE 24 DE MARÇO DE 2004
PRESIDENTE: JOSÉ MIGUEL CORREIA
MEMBROS: MOYSES LEINER, MARCOS JOSÉ RODRIGUES TORRES, MARCUS ANTÔNIO TOFANELLI



FUNCEF Fundação dos Economiários Federais

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, apreciando a matéria, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do Artigo 14 do Estatuto da FUNCEF e considerando o contido nos Pareceres do auditor externo, KPMG Auditores Independentes, do Atuário Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e do Conselho Fiscal da FUNCEF e uma vez que os dados refletem adequadamente a posição patrimonial da FUNCEF, resolveu aprovar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Fluxo Financeiro, bem como as Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

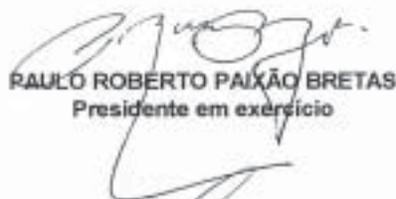
Brasília, 25 de março de 2004


FRANCISCA DE ASSIS ARAÚJO SILVA
Conselheira


FRANCISCO ERISMAR DA SILVA
Conselheiro


JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
Conselheiro


TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY
Conselheiro


RAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS
Presidente em exercício

PARECER-CD-BAL-PATRIM 2003

PROF. NOTAS E PROTESTO - DE
TAS, MARÇO 6, 2004
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICADA COM SUO E REPRODUÇÃO
PUBL. DO ORIGINAL SOB. 2148 DE 200403.

30 MAR 2004


FUNCEF
FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
BRASÍLIA - DF